



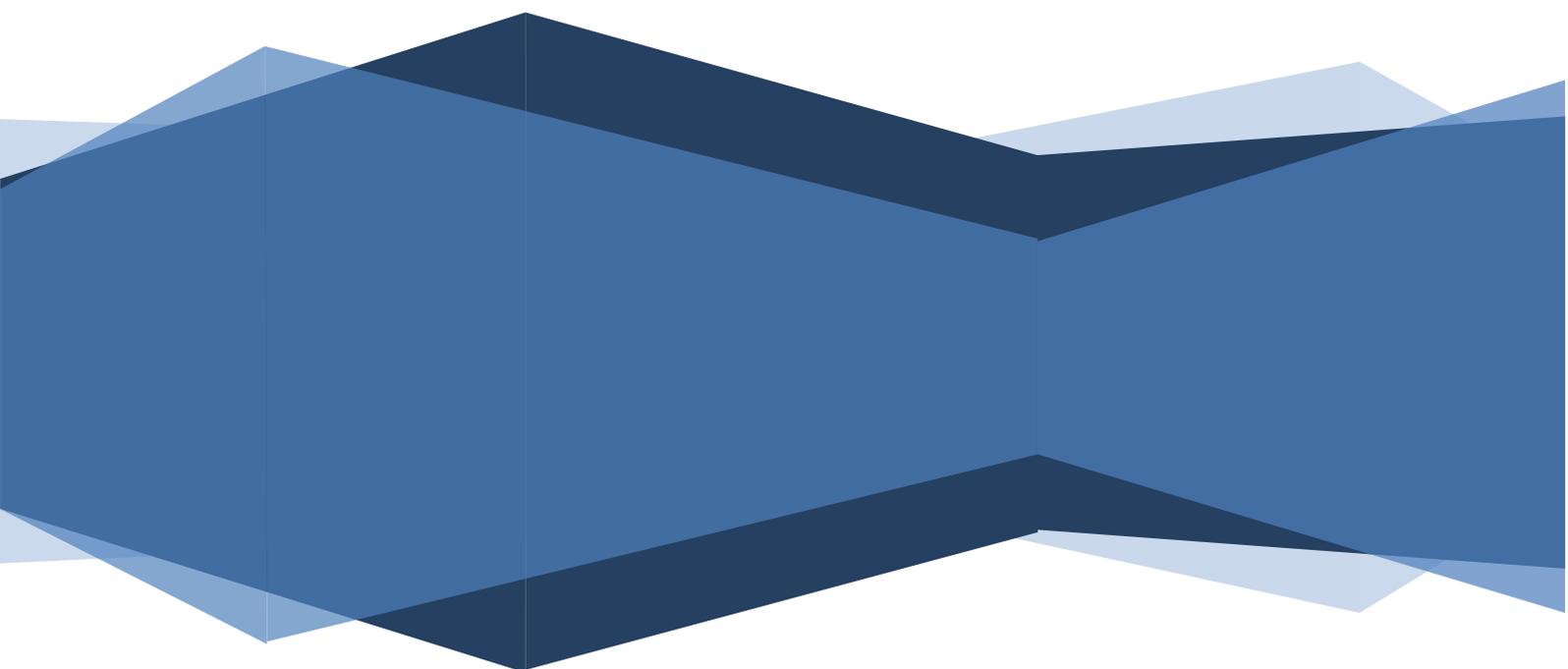
Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e
Contas do Exercício de 2018

IMP.AAF.13.02

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2018

Santa Casa da Misericórdia de Lagos



Índice

1. Introdução	3
2. Missão, Visão e Valores.....	4
3. Caracterização da Instituição	5
4. Relatório de Atividades	6
4.1. Caracterização dos Equipamentos/Respostas Sociais	6
4.2. Satisfação das Necessidades e Expectativas da Comunidade	10
4.3. Valor Acrescentado para a Comunidade.....	12
4.4. Autodeterminação dos Utentes	14
4.5. Facilitação do Acesso a Estruturas de Apoio.....	17
4.6. Prevenção de Abuso Físico, Mental e Financeiro dos Utentes	17
4.7. Confidencialidade	18
4.8. Parcerias/Valor Acrescentado para as Entidades Financiadoras	20
4.9. Participação dos Utentes e/ou seus Representantes.....	23
4.10. <i>Empowerment</i> dos Utentes	23
4.11. Planos Individuais	25
4.12. Continuidade dos Serviços Prestados	26
4.13. Satisfação das Partes Interessadas.....	27
4.14. Gestão de Recursos Humanos e Formação	30
5. Análise Económico-Financeira das Respostas Sociais	35
6. Análise da Demonstração de Resultados e Análise da Execução Orçamental	38
7. Riscos	42
8. Perspetivas.....	42
9. Proposta de Aplicação de Resultados e Conclusão	43
10. Contas	44



1. Introdução

Para cumprimento do estabelecido no Compromisso e na legislação em vigor, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lagos vem submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Geral de Irmãos o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2018.

O presente Relatório de Atividades e Contas do Exercício, procura descrever, as principais atividades desenvolvidas no ano de 2018, bem como, a realidade económica e financeira da Instituição. Para o efeito, procedeu-se a um rigoroso levantamento das dinâmicas da Instituição, alvo de análise pelo Revisor Oficial de Contas, cujos pareceres se anexam ao presente Relatório.

Na elaboração do Relatório, foram considerados os princípios contabilísticos no âmbito da especialização de exercícios, no que respeita aos rendimentos provenientes dos serviços prestados, subsídios, doações e legados à exploração, e outros rendimentos, e aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal, e outros gastos e perdas.



2. Missão, Visão e Valores

Missão

A Santa Casa Misericórdia de Lagos, como instituição de matriz católica e valores cristãos com mais de 500 anos, assume como Missão a prática e difusão das catorze obras de Misericórdia, promovendo a saúde e o bem-estar da população e lutando pela dignificação de toda a pessoa humana, com especial atenção para os mais pobres e carenciados, apoiando as famílias e protegendo as crianças e os idosos.

Visão

A Santa Casa Misericórdia de Lagos, alicerçada em critérios de solidariedade e sustentabilidade, pretende ser uma instituição solidária inovadora e de referência a nível regional, através da implementação de boas práticas, da excelência dos serviços prestados e desenvolvimento de um modelo de melhoria contínua, reconhecendo que a implementação de práticas de solidariedade com qualidade exige uma equipa de colaboradores motivados, competentes, com experiência, determinados, inovadores e profissional e humanamente solidários.

Valores

A Santa Casa Misericórdia de Lagos, assumindo-se como uma porta aberta, uma casa ou espaço comum onde todos e cada um podem “dar e receber” consoante as suas possibilidades ou necessidades, orienta a sua ação pelos seguintes valores: solidariedade e responsabilidade social; dignidade da pessoa humana; humanização; profissionalismo e rigor; multidisciplinaridade e interdisciplinaridade; e legalidade e transparência.



3. Caracterização da Instituição

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos (SCML) é uma Irmandade da Misericórdia, Instituição sem fins lucrativos, com regime legal de Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, com sede na Rua Rainha D. Leonor, n.º 2, 8600-776 Lagos, e com estatutos aprovados em 06 de julho de 2017, pela autoridade eclesiástica.

Tem como atividades principais o apoio social às pessoas idosas, com ou sem alojamento, através das Respostas Sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, e Cantina Social, e o apoio à infância, através das Respostas Sociais de Creche e Pré-Escolar.

Como atividade secundária, a Misericórdia, explora um Centro de Medicina Física e de Reabilitação.

No momento em que se apresenta o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2018, os Órgãos Sociais da Santa Casa Misericórdia de Lagos, de acordo com o Compromisso da Irmandade, são a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa, e o Conselho Fiscal. O mandato dos Órgãos Sociais, em funções, iniciou-se em 01 de janeiro de 2017, após a homologação dos resultados eleitorais, pelo Senhor Bispo do Algarve.



4. Relatório de Atividades

4.1. Caracterização dos Equipamentos/Respostas Sociais

Lar José Filipe Fialho

O Lar José Filipe Fialho foi inaugurado a 27 de outubro de 1983. A sua construção só foi possível graças ao benemérito que dá o nome ao Equipamento – José Filipe Fialho. Localiza-se no distrito de Faro, Concelho de Lagos, freguesia de São Gonçalo. Em termos de instalações, o Equipamento Social apresenta 48 quartos, 25 dos quais, individuais, 4 duplos e 19 triplos.

A grande problemática vivenciada ao nível dos cuidados saúde, incide sobre os quadros demenciais, em que a demência senil é a mais predominante. Existem também patologias tipicamente associadas ao processo de envelhecimento, tais como, diabetes, hipertensão, problemas oculares e osteoarticulares.

A capacidade do Equipamento e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Equipamento Social:		Lar José Filipe Fialho			
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utentes	Média de Idades	Nº Utentes Dependentes
ERPI	90	90	90	85	60
Centro de Dia	30	24	23	82	6

Residências Maria Francisca Fialho

As Residências Maria Francisca Fialho, sedeadas no Concelho de Lagos, freguesia de São Gonçalo, foram inauguradas a 26 de junho de 1987. O Equipamento conta atualmente com 38 residências, das quais 30 possuem quartos duplos, uma possui um quarto triplo e as restantes sete possuem quartos individuais.

A capacidade do Equipamento e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Equipamento Social:		Residências Maria Francisca Fialho			
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utentes	Média de Idades	Nº Utentes Dependentes
ERPI	70	60	70	86	16

Lar Rainha D. Leonor

O Lar Rainha D. Leonor foi inaugurado a 27 de outubro de 2003 e situa-se na cidade de Lagos. Como todos os outros Equipamentos da Instituição, tem por base os princípios do Compromisso da Misericórdia, os normativos aplicáveis, os acordos de cooperação celebrados com o Instituto da Segurança Social, e os regulamentos internos das respetivas respostas sociais (ERPI e Centro de Dia).

A capacidade do Equipamento e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Equipamento Social:		Lar Rainha D. Leonor			
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utentes	Média de Idades	Nº Utentes Dependentes
ERPI	60	35	60	88	46
Centro de Dia	30	24	26	84	4

Lar de Bensafrim

Localizado na Vila de Bensafrim, mais precisamente no Sítio das Eiras (Zona Verde), o Lar de Bensafrim foi inaugurado a 4 de julho de 1992. Este Equipamento inclui as respostas sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – ERPI e Centro de Dia.

Em ERPI, o Equipamento tem capacidade para 20 utentes (distribuídos por 7 quartos duplos e 2 triplos), sendo 18 vagas abrangidas pelo acordo de cooperação com Segurança Social, e duas vagas ao abrigo das vagas reservadas ao Centro Distrital de Faro.

Em Centro de Dia, possui capacidade para 30 utentes, sendo que 15 vagas são abrangidas pelo acordo de cooperação com a Segurança Social, e as restantes 15 são sem acordo.

A capacidade do Equipamento e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Equipamento Social:		Lar de Bensafrim			
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utentes	Média de Idades	Nº Utentes Dependentes
ERPI	20	20	20	85	11
Centro de Dia	30	15	11	80	4

**Lar de Espiche**

O Lar de Espiche foi inaugurado a 2 de julho de 1994, e apresenta as respostas sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Centro de Dia. Numa área contígua ao edifício principal, encontram-se implantadas quatro residências, constituídas por um quarto duplo e instalações sanitárias privadas.

A capacidade do Equipamento e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Equipamento Social:		Lar de Espiche			
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utentes	Média de Idades	Nº Utentes Dependentes
ERPI	28	26	28	84	14
Centro de Dia	30	16	14	82	2

Lar Joaquim Eugénio Calado

O Lar Joaquim Eugénio Calado localiza-se no Rossio dos Malhadais em Odiáxere. Foi inaugurado há 26 anos, com capacidade para 12 utentes. Em 1999 sofreu obras de ampliação, aumentando a capacidade para mais 8 utentes no edifício principal, e foi construído um anexo exterior para mais 12 utentes. Posteriormente foi remodelada a cozinha e construída uma sala para refeições.

A capacidade do Equipamento e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Equipamento Social:		Lar Joaquim Eugénio Calado			
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utentes	Média de Idades	Nº Utentes Dependentes
ERPI	31	31	31	84	18
Centro de Dia	30	15	18	76	4

Lar São João Batista

O Lar São João Batista, localizado em Barão de S. João, é um Equipamento com as respostas sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – ERPI, inaugurada a 24 de junho e 2012, e Centro de Dia, a funcionar desde 1 de março de 2016. Tem capacidade para 39 utentes em ERPI, e 12 utentes em Centro de Dia. Da capacidade total do Equipamento, 31 idosos estão abrangidos pelos acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social (6 em vagas reservadas da Segurança Social – gestão direta), e os restantes 8 idosos estão em vagas não participadas. Relativamente ao Centro de Dia, não existe qualquer vaga com acordo de cooperação.

A capacidade do Equipamento e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Equipamento Social:		Lar São João Batista			
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utentes	Média de Idades	Nº Utentes Dependentes
ERPI	39	31	39	88	20
Centro de Dia	12	0	8	77	1

Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é norteado pelos princípios gerais estabelecidos no Compromisso da Misericórdia, normativos aplicáveis, e regulamentação interna, assim como pelo Acordo de Cooperação celebrado com o Instituto de Segurança Social.

É uma resposta social que se destina à prestação de cuidados e serviços a famílias e/ou a pessoas com mais de 65 anos que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica, e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

A capacidade do Serviço e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Serviço:		Serviço de Apoio Domiciliário			
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utentes	Média de Idades	Nº Utentes Dependentes
SAD Lagos	50	50	50	81	10
SAD Odiáxere	20	8	15	81	4
SAD Integrado Lagos	10	10	4	66	3

Centro Infantil de Odiáxere

Em funcionamento desde o dia 2 de julho de 1988, o Centro Infantil de Odiáxere situa-se no Concelho de Lagos, à entrada da Vila de Odiáxere (lado esquerdo da Estrada Nacional 125, sentido Portimão – Lagos). Com intervenção no apoio à infância, através das respostas sociais de Creche e Pré-Escolar, este Equipamento Social tem capacidade para 162 crianças.

A capacidade do Equipamento e o número de Acordos de Cooperação estão descritos no quadro seguinte:

Equipamento Social:		Centro Infantil de Odiáxere	
Respostas Sociais	Capacidade	Nº Acordos Segurança Social	Média de Utentes
Creche	87	55	76
Pré-Escolar	75	45	68

4.2. Satisfação das Necessidades e Expectativas da Comunidade

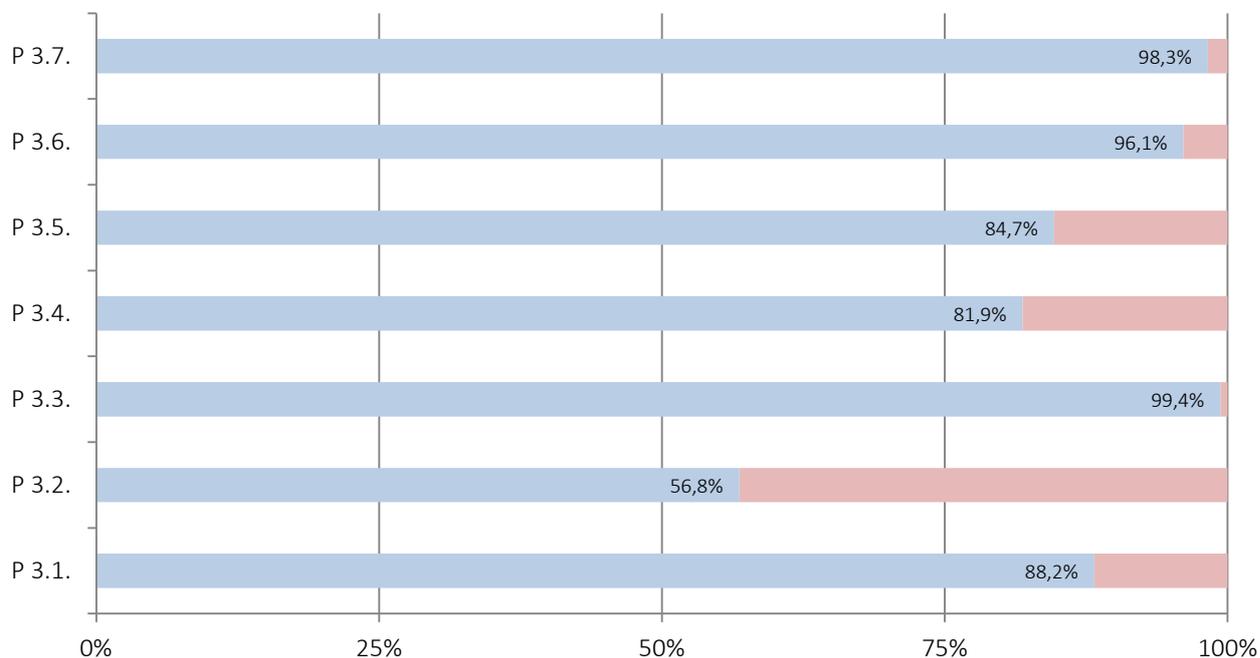
A Avaliação da Perceção da Comunidade tem por objetivo, aproximar a nossa ação das necessidades e expectativas dos munícipes do Concelho de Lagos, potenciando a qualidade do trabalho produzido, e consequentemente, a qualidade dos serviços prestados.

Com a Avaliação da Perceção da Comunidade realizada, referente ao ano de 2018 (*ver Relatório de Perceção da Comunidade 2018*), a Santa Casa da Misericórdia de Lagos procurou medir a perceção dos munícipes do Concelho de Lagos, em relação aos serviços que presta, de forma a identificar em que áreas/parâmetros de atuação pode obter incrementos de qualidade. Deste modo, foi possível aferir até que ponto a Santa Casa da Misericórdia de Lagos está a corresponder às necessidades e expectativas da comunidade.

Em 2018 obtivemos um conjunto de 331 avaliações, muito positivas, com 96,1% dos inquiridos a considerarem que a Misericórdia presta um bom serviço à Comunidade (pergunta 3.6. do questionário).



Resultados da Avaliação da Perceção da Comunidade



	P 3.1.	P 3.2.	P 3.3.	P 3.4.	P 3.5.	P 3.6.	P 3.7.
Sim	88,2%	56,8%	99,4%	81,9%	84,7%	96,1%	98,3%
Não	11,8%	43,2%	0,6%	18,1%	15,3%	3,9%	1,7%

P 3.1. Conhece os serviços prestados pela Misericórdia?

P 3.2. Considera que existe divulgação e informação suficiente sobre os serviços prestados?

P 3.3. Considera que o trabalho desenvolvido pela Misericórdia é importante?

P 3.4. Considera que os serviços prestados vão ao encontro das necessidades da Comunidade?

P 3.5. Considera que a Misericórdia é respeitada e reconhecida na Comunidade?

P 3.6. Considera que a Misericórdia presta um bom serviço à Comunidade?

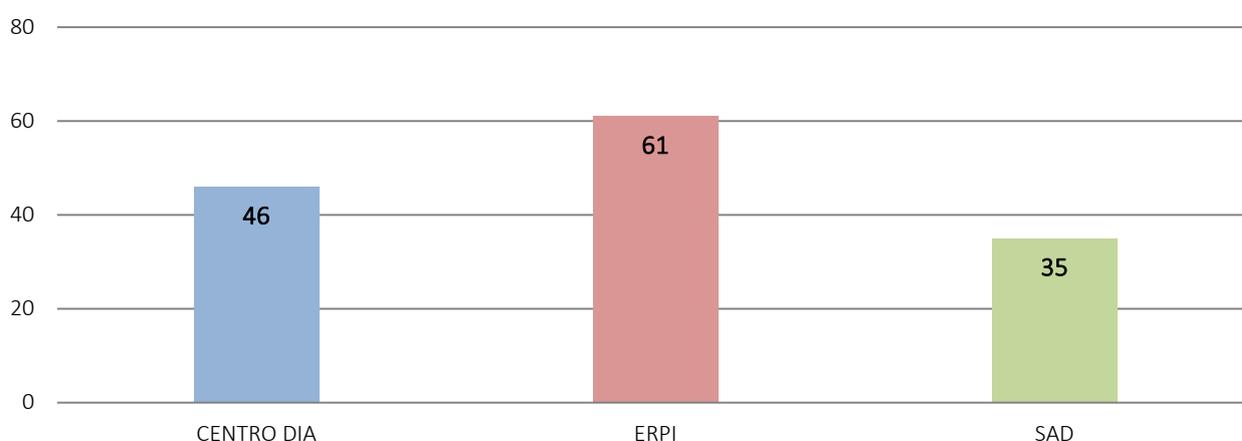
P 3.7. Recomendaria os serviços prestados pela Misericórdia?

4.3. Valor Acrescentado para a Comunidade

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos, no âmbito da sua atividade social à população idosa, presta os seus serviços numa perspetiva solidária, com uma atuação concertada e integrada na comunidade.

No decorrer do ano de 2018, foram admitidas 142 pessoas idosas, que necessitam de prestação de serviços em diferentes Respostas Sociais:

Número de Utentes Admitidos por Resposta Social



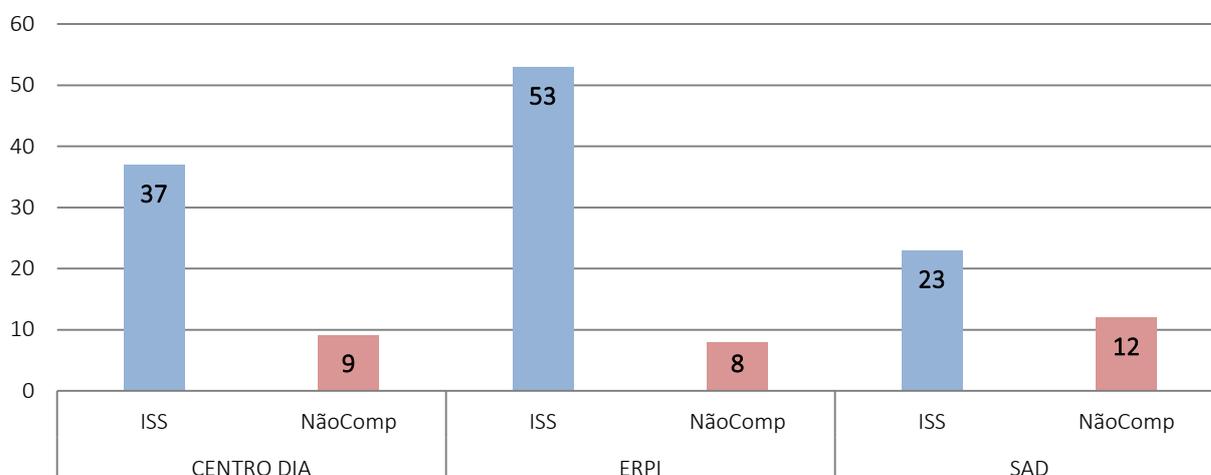
A lista de espera da resposta social de Centro de Dia apresenta um número reduzido de inscrições, o que possibilitou realizar admissões com um tempo médio de espera de 8 dias. Foram admitidos 46 utentes, dos quais 37 abrangidos por acordo de cooperação com a Segurança Social (no gráfico abaixo rotulados “ISS”) e 9 não abrangidos por qualquer acordo de cooperação (no gráfico abaixo rotulados “NãoComp”). Destacamos os Centros de Dia de Espiche e Bensafrim que em 31 de dezembro de 2018, não apresentavam lista de espera.

Tendo por base a extensa lista de espera para as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, e embora tentando responder da melhor forma às solicitações da comunidade, só foi possível admitir 61 pessoas idosas. A admissão para utentes foi realizada através da celebração de 53 contratos abrangidos por acordo de cooperação com a Segurança Social (no gráfico abaixo rotulados “ISS”) e 8 contratos não abrangidos por qualquer acordo de cooperação (no gráfico abaixo rotulados “NãoComp”).

O Serviço de Apoio Domiciliário procura responder às solicitações das famílias e idosos, no sentido de manter o idoso o maior tempo possível no seu ambiente familiar de referência, onde possa viver com o maior conforto possível. No ano de 2018, o Serviço de Apoio Domiciliário deu resposta a 35 solicitações. Foram admitidos 23 utentes no âmbito do acordo de cooperação com a Segurança Social (no gráfico abaixo rotulados “ISS”) e 12 utentes não abrangidos por qualquer acordo de cooperação (no gráfico abaixo rotulados “NãoComp”).



Utentes Admitidos por Tipo de Acordo



A Santa Casa da Misericórdia de Lagos desenvolve a sua atividade social de apoio à infância, através da atuação do Centro Infantil de Odiáxere. Na resposta às principais necessidades da comunidade, este Equipamento Social consegue integrar a maioria dos candidatos inscritos, preenchendo as vagas existentes. Da lista de candidatos inscritos, foram feitas 27 novas admissões para o ano letivo 2018/2019. No ano de 2018, notou-se uma crescente procura dos nossos serviços por candidatos de outras freguesias do Concelho de Lagos.

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos desenvolve ainda a sua atividade social a toda a comunidade do Concelho de Lagos, através:

- da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar, com 20.720 refeições confeccionadas fornecidas, em 2018;
- do protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lagos, onde foram atribuídos apoios financeiros, e 1.061 cabazes alimentares às famílias mais carenciadas do Concelho.

A atividade de saúde da Santa Casa da Misericórdia de Lagos é desenvolvida unicamente no Centro de Medicina Física e de Reabilitação. No ano de 2018 foram realizadas 2.339 consultas e foram realizados tratamentos de fisioterapia e reabilitação a 1.980 doentes.

4.4. Autodeterminação dos Utentes

Área do Idoso

A Instituição defende e promove o desenvolvimento dos direitos fundamentais dos seus utentes e zela pelo cumprimento dos mesmos. No que respeita, ao direito à autodeterminação, são promovidos espaços para a ação, na medida em que são geradas oportunidades para os idosos participarem ativamente em todos os domínios da sua vida (social, cultural, político e económico) e assumirem papéis na comunidade onde se encontram inseridos, com o propósito de melhorar a sua qualidade de vida.

Deste modo, a Instituição demonstra o seu apoio à autodeterminação dos utentes, através da:

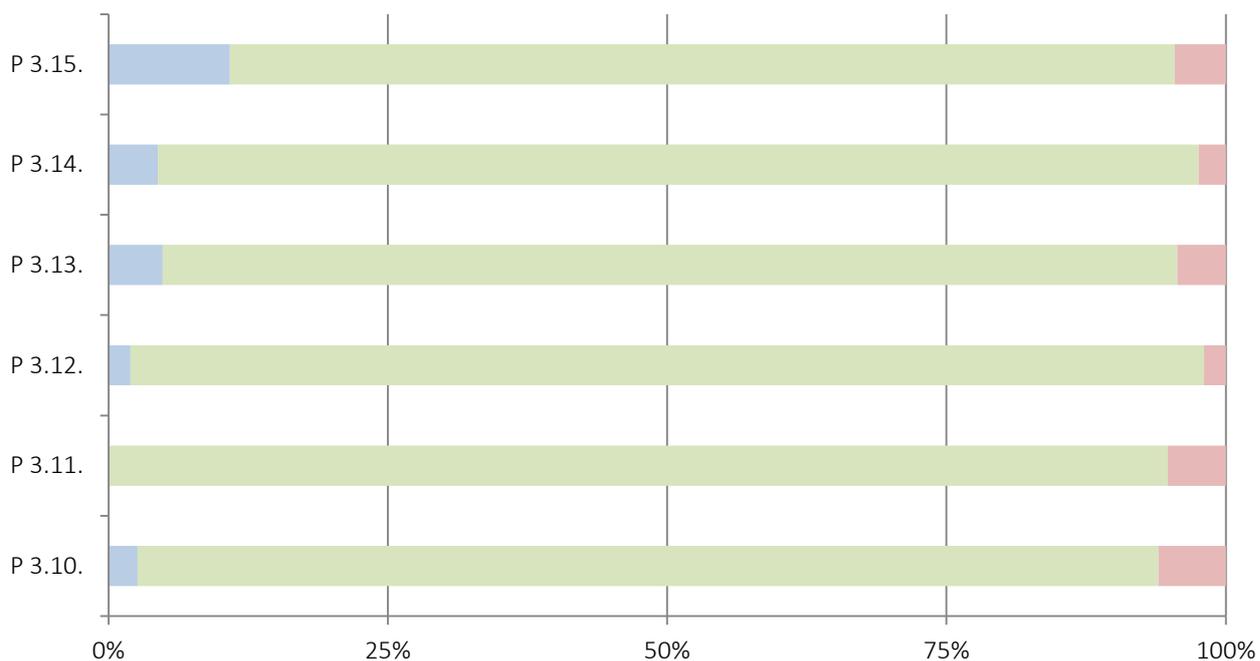
- promoção de oportunidades para que o utente atue como principal agente da sua própria vida, tais como, o seu envolvimento na elaboração do Plano Individual de Cuidados e Plano Individual, dando voz às suas escolhas, decisões, preferências e metas pessoais;
- promoção de oportunidades de participação ativa nas dinâmicas do equipamento/serviço que diretamente lhe digam respeito, através das reuniões de utentes, do processo de reclamações e sugestões de melhoria, e pelo levantamento das necessidades/interesses e participação por atividade, nos quais têm a liberdade de expressar as suas preferências, opiniões, ideias;
- promoção de oportunidades de participação na comunidade/sociedade através de atividades de carácter cívico (“Campanha Lagos na Onda do Verão – Projeto: O Mar que Respiramos num Oceano de Gerações”, “Dia Mundial da Árvore”, “Voluntariado Ambiental para a Água”, “Lagos +Ambiente”), social (Projeto Avós e Netos, “Marchas Populares”, Palestras, “Concurso da Maias”, Projeto CantarOLar), cultural (idas ao teatro, passeios, visitas a museus), espiritual (deslocação dos utentes aos locais de culto) e pessoal (Projeto ArticulaR, facilitação do acesso a bens e serviços – idas ao cabeleireiro, lojas de conveniência, restaurantes, conservatória do registo civil);
- dinamização de atividades/reuniões formativas junto dos colaboradores, com o propósito de disseminar o princípio da autodeterminação para que orientem as suas práticas e serviços, no sentido, da estimulação da independência pessoal e social nas escolhas quotidianas do utente (por exemplo: escolher o que vestir, o que comer, as atividades em que quer participar).

Importa referir que o princípio do respeito e liberdade de escolha é desde logo evidenciado aquando do processo de candidatura/admissão, uma vez que o idoso que se encontre nas suas plenas faculdades mentais, só integra a resposta social por sua livre vontade.



O respeito pela autodeterminação, decisões, opções, direitos e deveres dos utentes é corroborado pelas respostas dos nossos utentes aos questionários de satisfação, referentes ao ano de 2018 (*ver Relatório de Satisfação dos Uteses de ERPI e CD 2018 e Relatório de Satisfação dos Uteses de Apoio Domiciliário 2018*).

Resultados da Avaliação da Autodeterminação dos Uteses – ERPI e Centro de Dia



	P 3.10.	P 3.11.	P 3.12.	P 3.13.	P 3.14.	P 3.15.
Muito Satisfeito	2,6%	0,0%	1,9%	4,8%	4,4%	10,9%
Satisfeito	91,4%	94,8%	96,1%	90,8%	93,2%	84,6%
Nada Satisfeito	6,0%	5,2%	1,9%	4,3%	2,4%	4,6%

P 3.10. Informação e participação na elaboração do seu Plano Individual

P 3.11. Participação no planeamento da vida quotidiana da Instituição

P 3.12. Informação sobre o Regulamento Interno, Direitos e Deveres

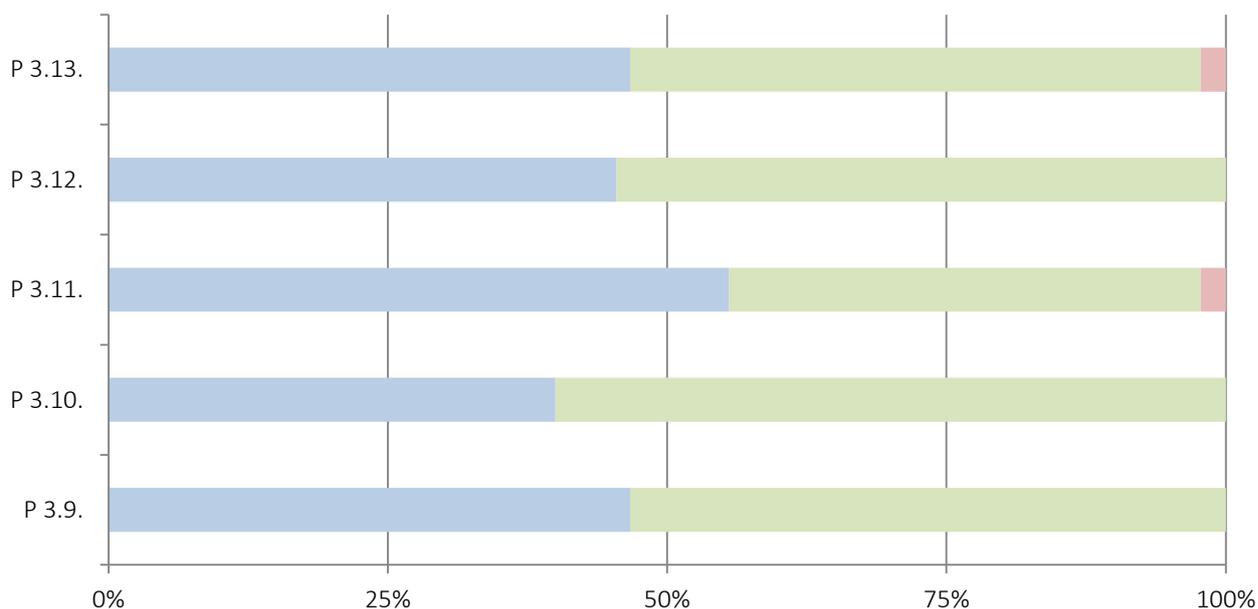
P 3.13. Respeito e cumprimento dos seus direitos por parte de todos os trabalhadores

P 3.14. Respeito da Misericórdia pelas suas decisões e opções

P 3.15. Receção e tratamento das suas sugestões / reclamações



Resultados da Avaliação da Autodeterminação dos Utentes – Apoio Domiciliário



	P 3.9.	P 3.10.	P 3.11.	P 3.12.	P 3.13.
Muito Satisfeito	46,7%	40,0%	55,6%	45,5%	46,7%
Satisfeito	53,3%	60,0%	42,2%	54,5%	51,1%
Nada Satisfeito	0,0%	0,0%	2,2%	0,0%	2,2%

P 3.9. Participação no planeamento dos seus serviços

P 3.10. Informação sobre o Regulamento Interno, Direitos e Deveres

P 3.11. Respeito e cumprimento dos seus direitos por parte de todos os trabalhadores

P 3.12. Respeito da Misericórdia pelas suas decisões e opções

P 3.13. Receção e tratamento das suas sugestões / reclamações

4.5. Facilitação do Acesso a Estruturas de Apoio

Área do Idoso

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos facilita aos seus utentes a escolha e o acesso a pessoas que os representem e/ou estruturas/processos de apoio/suporte. Durante o ano de 2018, foram desenvolvidas diversas atividades neste âmbito, entre elas: o reforço das parcerias com entidades externas e envolvimento da comunidade; 992 atendimentos a utentes ou familiares, encaminhamentos ou visitas domiciliárias; 1.071 acompanhamentos de utentes a consultas clínicas, exames, análises ou juntas médicas; 7 apoios prestados com o preenchimento de declarações de IRS; 20 apoios prestados na gestão financeira de pensões; 93 apoios prestados na aquisição de bens e serviços ou acompanhamento de utentes a serviços do exterior – realização de compras, renovação do cartão de cidadão, saídas em lazer. Em diversos atendimentos efetuados, foram prestadas informações sobre regalias sociais – Complemento por Dependência, Descanso do Cuidador.

4.6. Prevenção de Abuso Físico, Mental e Financeiro dos Utentes

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos, na sua dinâmica organizacional, realiza um importante esforço para melhorar a qualidade de vida dos seus utentes (crianças e idosos), nomeadamente pela promoção dos seus direitos e dignidade. A Instituição adota atualmente, disposições, regras e orientações que têm como finalidade, prevenir e controlar eventuais situações de negligência, abusos, maus tratos e discriminação, praticadas por colaboradores, familiares ou cuidadores. Como instrumentos de prevenção e combate a estas situações, a Instituição apresenta o *Código de Ética e de Conduta dos Trabalhadores*, a *Carta de Direitos e Deveres dos Utentes – Área do Idoso e Área da Infância* e o *Manual de Prevenção de Maus Tratos*.

Os supracitados documentos, encontram-se disseminados por todos os colaboradores da Instituição, e os seus conteúdos são regularmente discutidos em reuniões de técnicos, reuniões setoriais de serviço, passagens de turno, formações (em 2018, 26 colaboradores frequentaram formações de Ética e Deontologia promovidas pela Instituição – 2 horas), reuniões de utentes e reuniões de familiares.

Neste âmbito, podemos ainda destacar a solicitação de registo criminal a colaboradores e voluntários, e o minucioso processo de acolhimento aos novos colaboradores, com a disponibilização de um conjunto alargado de informações e documentação de suporte ao trabalho na Instituição.



4.7. Confidencialidade

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos define, documenta, monitoriza e avalia regularmente, os procedimentos para assegurar a confidencialidade da informação dos seus utentes e dos serviços que lhes são prestados. Os colaboradores da Instituição, conhecedores do *Código de ética e de Conduta dos Trabalhadores* e da *Carta de Direitos e Deveres dos Utentes – Área do Idoso e Área da Infância*, estão sensibilizados para o necessário cumprimento rigoroso de todas as disposições legais sobre proteção de dados pessoais, no que se refere ao acesso, gestão, processamento e eventual transmissão de informação sobre os mesmos.

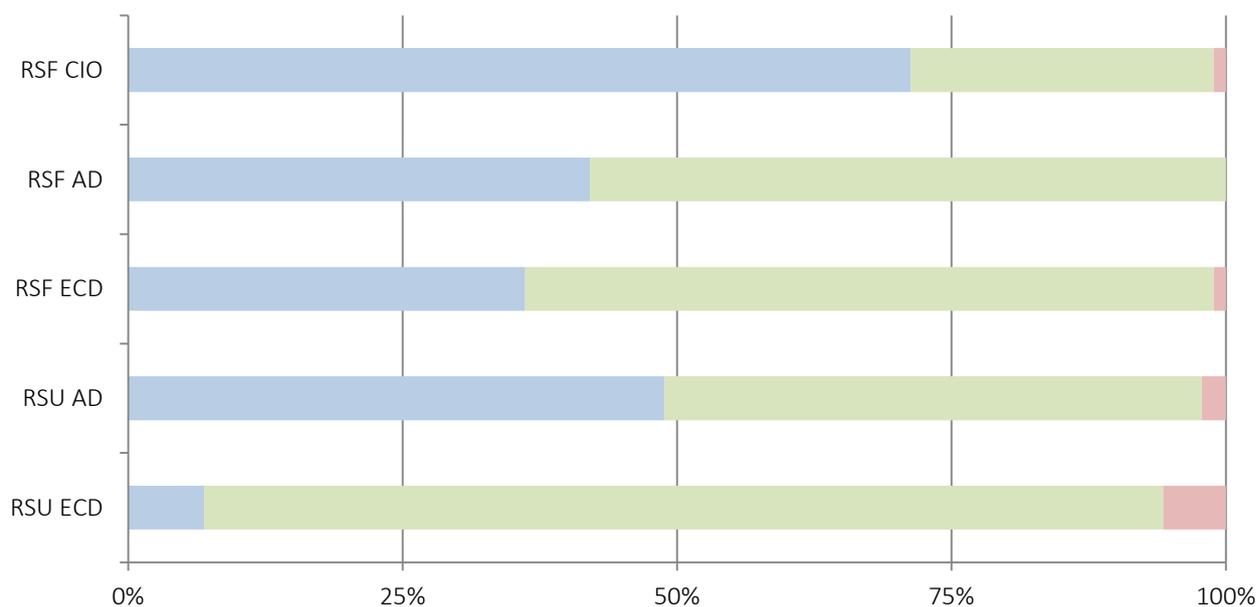
Os supracitados documentos, encontram-se disseminados por todos os colaboradores da Instituição, e os seus conteúdos são regularmente discutidos em reuniões de técnicos, reuniões setoriais de serviço, passagens de turno, formações (em 2018, 70 colaboradores frequentaram formações sobre a Proteção de Dados Pessoais e o novo Regulamento Geral de Proteção de Dados, promovidas pela Instituição – 3 horas), reuniões de utentes e reuniões de familiares.

Neste âmbito, podemos ainda destacar as seguintes práticas instituídas: o minucioso processo de acolhimento aos novos colaboradores, com a disponibilização de um conjunto alargado de informações e documentação de suporte ao trabalho na Instituição; a não divulgação de dados pessoais de utentes, representantes dos mesmos e colaboradores, sem o seu consentimento formal; dados pessoais, processos sociais e clínicos de utentes guardados em local reservado e de acesso limitado; e o vínculo obrigatório dos colaboradores ao cumprimento do sigilo profissional (reforçado pela incorporação de cláusulas relacionadas com o sigilo profissional e a informação e acesso a dados pessoais, nos contratos de trabalho).

O respeito pela confidencialidade é corroborado pelas respostas dos nossos utentes e seus familiares aos questionários de satisfação, referentes ao ano de 2018 (*ver Relatório de Satisfação dos Utentes de ERPI e CD 2018, Relatório de Satisfação dos Utentes de Apoio Domiciliário 2018, Relatório de Satisfação dos Familiares: ERPI e CD 2018, Relatório de Satisfação dos Familiares: Apoio Domiciliário 2018 e Relatório de Satisfação dos Familiares: CIO 2017-2018*).



Resultados da Avaliação do Respeito pela Confidencialidade



	RSU ECD	RSU AD	RSF ECD	RSF AD	RSF CIO
Muito Satisfeito	6,9%	48,9%	36,2%	42,1%	71,3%
Satisfeito	87,4%	48,9%	62,8%	57,9%	27,6%
Nada Satisfeito	5,7%	2,2%	1,1%	0,0%	1,1%

RSU ECD – Relatório de Satisfação dos Utentes de ERPI e CD 2018

RSU AD – Relatório de Satisfação dos Utentes de Apoio Domiciliário 2018

RSF ECD – Relatório de Satisfação dos Familiares: ERPI e CD 2018

RSF AD – Relatório de Satisfação dos Familiares: Apoio Domiciliário 2018

RSF CIO – Relatório de Satisfação dos Familiares: CIO 2017-2018

**4.8. Parcerias/Valor Acrescentado para as Entidades Financiadoras**

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos, consciente da necessidade de cooperações institucionais para o desenvolvimento da sua ação social, mantém há diversos anos, um conjunto de Parcerias comunitárias com entidades públicas e privadas, que permitem construir consensos, alinhar incentivos e mobilizar recursos numa abordagem holística visando uma cooperação mais eficaz e uma conjugação de esforços entre os diversos parceiros.

Entidade Parceira/Financiadora	Áreas de Intervenção/Objetivo	Valor Acrescentado
Instituto de Segurança Social, IP Centro Distrital de Faro	Acordos de cooperação Cantina Social	Cooperação ativa na otimização das Respostas Sociais; prestar mutuamente informações de interesse para o desenvolvimento da intervenção social; e promover o acompanhamento e avaliação de famílias em risco.
Câmara Municipal de Lagos	Apoios sociais de carácter urgente	Participação no fornecimento de cabazes alimentares e apoio logístico; e atribuição de apoio social de carácter urgente às famílias da comunidade.
	Empowerment, educação, saúde e lazer	Inclusão e participação na comunidade; formação pessoal; e promoção da saúde.
Rede Social de Lagos Conselho Local de Ação Social	Erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão, com vista à promoção do desenvolvimento social	Inovação e desenvolvimento de projetos sociais.
União das Misericórdias Portuguesas	Apoio da cariz regulamentar relativo a todos os setores da Misericórdia	Conhecimento e aplicação das exigências regulamentares.
ARS Algarve, IP ACES Algarve II – Barlavento Centro de Saúde de Lagos	Serviços de Saúde Convencionados	Prestação de serviços de saúde na área da Medicina Física e Reabilitação.
	Apoio Domiciliário Integrado	Interação nas vertentes sociais e de saúde.
IEFP – Centro de Emprego de Lagos Centro de Emprego e Formação Profissional do Barlavento	Estágios Atividades formativas	Desenvolvimento de competências pessoais e profissionais.
Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos	Apoio logístico	Rentabilização de equipamentos.
Junta de Freguesia de Odiáxere	Apoio logístico	Rentabilização de equipamentos.
Junta de Freguesia da Luz	Apoio logístico	Rentabilização de equipamentos.
Junta da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João	Apoio logístico	Rentabilização de equipamentos.
Rede Escolar de Lagos	Animação, ocupação e lazer	Envolvência da comunidade e partilha de experiências.
Associação Orelhas sem Fronteiras	Estimulação cognitiva e sensorial Projeto “Alforge de Memórias” Asinoterapia com seniores	Estimulação biopsicossocial do sénior recorrendo às suas memórias e vivências.
Projeto Novas Descobertas Associação Educativa e Recreativa Sem Fins Lucrativos	Projeto “Novas Descobertas”	Desenvolvimento de: workshops promotores de partilha de saberes e vivências; e ações intergeracionais de educação e sensibilização ambiental com foco no cuidar da terra, das comunidades e do indivíduo



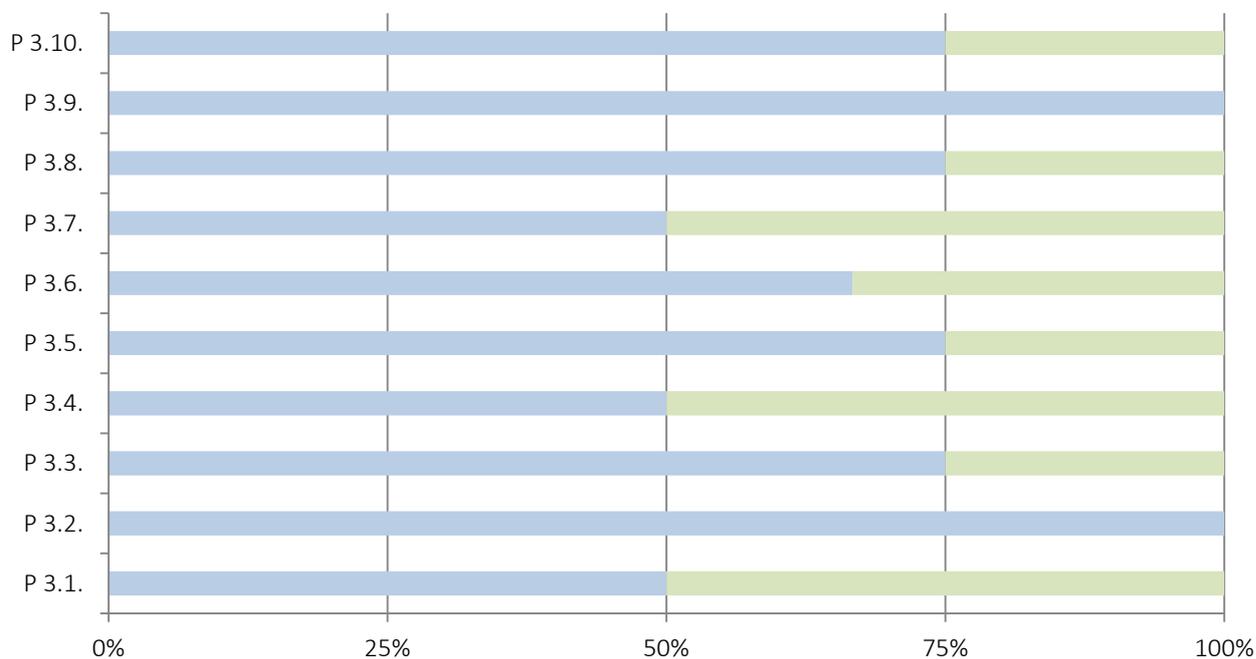
A Avaliação do Grau de Satisfação das Entidades Parceiras tem por objetivo, melhorar as relações de parceria estabelecidas pela Instituição, potenciando a qualidade do trabalho produzido, e consequentemente, a qualidade dos serviços prestados aos nossos utentes.

Com esta avaliação, referente ao ano de 2018 (*ver Relatório de Satisfação das Entidades Parceiras 2018*), a Santa Casa da Misericórdia de Lagos procurou medir a perceção das diferentes entidades com quem mantém uma relação de parceria, de forma a identificar em que áreas/parâmetros pode obter incrementos de qualidade.

Em 2018 obtivemos um conjunto de 4 avaliações (23,5% do total de entidades com quem mantemos uma relação de parceria), muito positivas, sem qualquer entidade parceira insatisfeita, 25% satisfeitas, e 75% muito satisfeitas (pergunta 3.10. do questionário – satisfação geral com a parceria). Das 4 avaliações, resultou ainda 1 comentário/sugestão, com uma mensagem de apreço pelo trabalho desenvolvido na Instituição, e satisfação pela forma como tem decorrido a relação de parceria.



Resultados da Avaliação do Grau de Satisfação das Entidades Parceiras



	P 3.1.	P 3.2.	P 3.3.	P 3.4.	P 3.5.	P 3.6.	P 3.7.	P 3.8.	P 3.9.	P 3.10.
Muito Satisfeito	50,0%	100,0%	75,0%	50,0%	75,0%	66,7%	50,0%	75,0%	100,0%	75,0%
Satisfeito	50,0%	0,0%	25,0%	50,0%	25,0%	33,3%	50,0%	25,0%	0,0%	25,0%
Nada Satisfeito	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

P 3.1. Informação sobre a Missão, programas e serviços da Misericórdia	P 3.6. Resposta da Misericórdia às sugestões de melhoria
P 3.2. Clareza dos objetivos definidos para a parceria	P 3.7. Informação sobre os resultados de desempenho da Misericórdia
P 3.3. Cumprimento das responsabilidades e compromissos da parceria	P 3.8. Avaliação conjunta do grau de concretização dos objetivos definidos
P 3.4. Comunicação fluida, correta e atempada por parte da Misericórdia	P 3.9. Valor acrescentado da parceria para a Comunidade
P 3.5. Participação e envolvimento nas atividades da Misericórdia	P 3.10. De um modo geral, qual é o seu grau de satisfação com a parceria

4.9. Participação dos Utentes e/ou seus Representantes

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos promove ativamente o envolvimento dos utentes e/ou seus representantes, como participantes/membros ativos nas dinâmicas e quotidiano da Instituição. Para tal, os supracitados agentes são convidados a participar: na elaboração e avaliação dos Planos Individuais; em reuniões de utentes/reuniões de familiares; em Assembleias Gerais de Irmãos (para Irmãos da Santa Casa da Santa Casa da Misericórdia de Lagos); em atividades organizadas pela Instituição (atividades de animação, ocupação e lazer, passeios, festas de aniversário, Caminhada Intergeracional); através da apresentação de sugestões e reclamações (caixa de sugestões e reclamações); e através do preenchimento dos questionários anuais de satisfação.

4.10. *Empowerment* dos Utentes

Área do Idoso

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos orienta a sua atuação para a facilitação e promoção do *empowerment* junto dos utentes, criando as condições e espaços necessários para o seu fortalecimento/desenvolvimento. Neste âmbito, a planificação da intervenção prevê a capacitação dos idosos, nos diversos domínios, para que estes se sintam mais competentes, confiantes e independentes, de modo a facilitar a eficácia do exercício da sua cidadania.

No decorrer do ano de 2018, foi implementado um conjunto de iniciativas e projetos, que consideramos terem sido promotores do desenvolvimento pessoal e social dos nossos idosos, permitindo a estimulação física e cognitiva, educar para a cidadania, combater o isolamento, assim como, promover a partilha de vivências e saberes. Destas iniciativas e projetos destacamos:

- a elaboração e avaliação de Planos Individuais;
- a elaboração e avaliação de Planos de Desenvolvimento Individual de Animação;
- o estímulo feito aos utentes, para que continuem a desenvolver pequenas tarefas do seu quotidiano (fazer a cama, arrumar o quarto, selecionar a roupa para vestir, fazer compras, gerir o seu dinheiro, realizar pequenas plantações, auxiliar na conservação e manutenção de hortas e jardins, auxiliar na confeção de pão, folares e compotas);
- a atividade física diária (Ginástica de Manutenção, Manutenção Individual, Deslocação, Projeto Articular – Hidroginástica, Idas à Praia), contribuindo para um estilo de vida independente e mais saudável, visando a manutenção das capacidades funcionais e, conseqüentemente, a prevenção da dependência;

- a participação em Sessões de Educação para a Saúde promovidas pela Instituição e pela Câmara Municipal de Lagos, proporcionando conhecimentos, desenvolvimento de hábitos e consolidação de comportamentos/atitude que contribuam para a adoção, de forma autónoma, de ações de autocuidado com a saúde que favoreçam uma vida saudável;
- a participação em Campanhas de Ação Ambiental (“Campanha Lagos na Onda do Verão – Projeto: O Mar que Respiramos num Oceano de Gerações”, “Dia Mundial da Árvore”, “Voluntariado Ambiental para a Água”, “Lagos +Ambiente”);
- as atividades de promoção das faculdades cognitivas e de bem-estar emocional (Projeto Alforge de Memórias – Asinoterapia, Projeto Lembra-te de Mim, Projeto Ainda Sou Capaz, Projeto Notas Soltas na Alma – Musicoterapia, Jogos de Estimulação), que favorecem a autonomia pessoal;
- as atividades educativas e culturais (Projeto EscoLar – alfabetização e expressão plástica, Projeto TecnoLar – no âmbito das novas tecnologias, Projeto InformoLar – com ações de informação/sensibilização, Tardes de Cinema, Passeios/Saídas com utentes autónomos e dependentes e a comemoração dos aniversários mensais com Tardes Culturais – participação de diversos grupos musicais da comunidade);
- e a sensibilização feita junto dos utentes, para que estes participem ativamente nas dinâmicas institucionais e comunitárias (reuniões de utentes, Projeto CantaroLar – grupos de cantares, Projeto Avós e Netos – que reconhece e incorpora os idosos como transmissores de valores e conhecimento às novas gerações, Caminhada Intergeracional da SCML, encontros Inter-Lares de Jogos Tradicionais, Desfiles de Carnaval e as Marchas Populares na comunidade).

Área da Infância

No Centro Infantil de Odiáxere, as Educadoras responsáveis pelas crianças reúnem com as famílias no início e término de cada ano letivo, preenchendo o Questionário de Avaliação da Qualidade de Vida (*IMP.CIO.11*). Através dos dados obtidos em cada questionário apura-se o domínio (Físico, Social, Cognitivo e Emocional) mais deficitário que é espelhado no Plano Individual de cada criança. É igualmente apurada a percentagem do Índice de Qualidade de Vida, no início e final de cada ano letivo, que permite monitorizar os resultados.

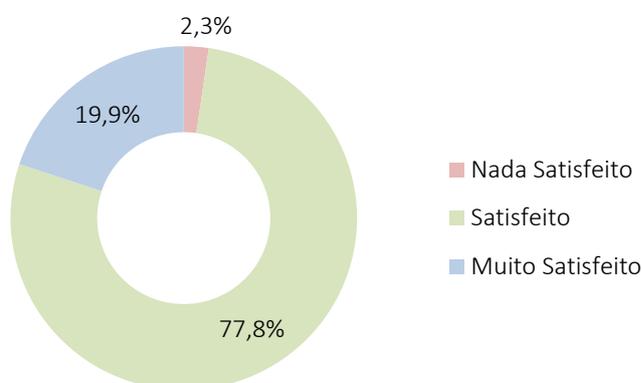
4.11. Planos Individuais

Área do Idoso

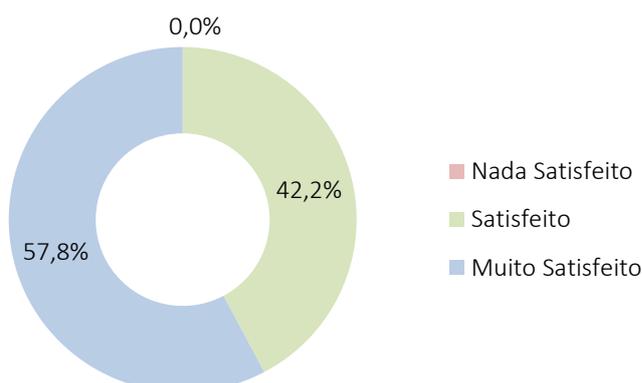
A Santa Casa da Misericórdia de Lagos implementa Planos Individuais que são elaborados a partir das necessidades e expectativas de cada utente. O Plano Individual é um instrumento básico de intervenção individual e personalizada, para cada um dos nossos utentes, elaborado de forma multidisciplinar e participado pelo utente e/ou seu familiar, tendo como finalidade a promoção e melhoria da qualidade de vida do utente.

O contributo da Misericórdia para a melhoria da qualidade de vida dos utentes, é corroborado pelas respostas dos mesmos aos questionários de satisfação, referentes ao ano de 2018 (*ver Relatório de Satisfação dos Utentes de ERPI e CD 2018 e Relatório de Satisfação dos Utentes de Apoio Domiciliário 2018*). Para esta positiva perceção que os utentes têm (*ver gráficos abaixo*), em muito contribuiu a elaboração e reformulação de Planos Individuais, pela personalização que trazem aos serviços prestados.

Contribuição da Misericórdia para a melhoria da Qualidade de Vida dos Utentes – ERPI e CD



Contribuição da Misericórdia para a melhoria da Qualidade de Vida dos Utentes – Apoio Domiciliário



Área da Infância

Os Planos Individuais são elaborados tendo como ponto de partida o Perfil de Desenvolvimento da faixa etária da criança e o resultado do Questionário de Avaliação da Qualidade de Vida (*IMP.CIO.11*). Poderá haver uma reformulação do Plano Individual se os objetivos forem, na sua maioria, atingidos, tornando-se necessário aplicar o Perfil de Desenvolvimento da faixa etária seguinte.

Na resposta social de Creche, os Planos Individuais são revistos por semestre, sendo que no Pré-Escolar a periodicidade é trimestral. As famílias, crianças, equipa de sala e outros parceiros educativos são envolvidos na construção, monitorização e avaliação dos Planos Individuais.

4.12. Continuidade dos Serviços Prestados

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos está continuamente em processo de análise e avaliação dos seus serviços, promovendo desta forma o envolvimento de todos os interessados, respeitando as sugestões de melhoria apresentadas, desde que sejam consideradas mais-valias exequíveis.

Assegurar os serviços prestados e garantir conjugadamente a sustentabilidade da Instituição, é um objetivo constante. Tendo em vista o fortalecimento da capacidade de resposta e melhoramento da situação financeira, a Instituição está atenta a novas oportunidades, tais como o Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação (PROCOOP), medida que permite aumentar o número de acordos até ao limite de 80% dos utentes, face à capacidade instalada.

No decorrer do ano 2017, a Instituição candidatou-se ao PROCOOP, para aumentar o número de utentes abrangidos por acordo nas Respostas Sociais típicas de Creche e Centro de Dia, e para a Resposta Social atípica de Pré-Escolar. Das 4 candidaturas, somente 2 obtiveram enquadramento orçamental e decisão de aprovação por parte do Gabinete de Planeamento e Estratégia do Instituto de Segurança Social. Em março de 2018, a Santa Casa da Misericórdia de Lagos assinou novos acordos de cooperação para os Centros de Dia José Filipe Fialho e Rainha Dona Leonor, sendo atribuídos mais 9 e 5 acordos, respectivamente, ficando ambos com 24 utentes abrangidos por acordo de cooperação.

No ano 2018, a Instituição no Aviso n.º1/2018 do PROCOOP, apresentou novamente candidaturas para as Respostas Sociais típicas de Creche e Centro de Dia São João Batista, e no Aviso n.º1/DI/2018 do PROCOOP, apresentou candidatura para a Resposta Social típica de Serviço de Apoio Domiciliário e para a Resposta Social atípica de Pré-Escolar.

4.13. Satisfação das Partes Interessadas

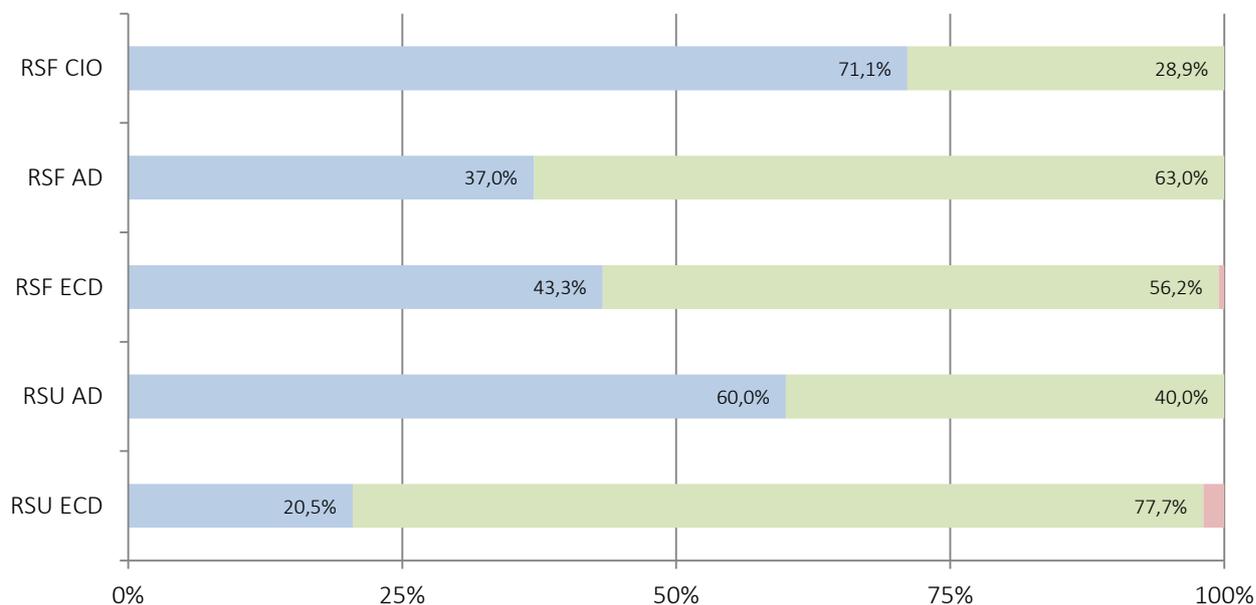
A Santa Casa da Misericórdia de Lagos avalia anualmente a satisfação individual e coletiva dos seus utentes, familiares, colaboradores e entidades parceiras/financiadoras, através da aplicação de questionários.

A Avaliação do Grau de Satisfação dos Utesntes e seus Familiares tem por objetivo, melhorar os serviços prestados, potenciando dessa forma o bem-estar e a qualidade de vida dos nossos utentes.

Com a Avaliação do Grau de Satisfação realizada, referente ao ano de 2018 (*ver Relatório de Satisfação dos Utesntes de ERPI e CD 2018, Relatório de Satisfação dos Utesntes de Apoio Domiciliário 2018, Relatório de Satisfação dos Familiares: ERPI e CD 2018, Relatório de Satisfação dos Familiares: Apoio Domiciliário 2018 e Relatório de Satisfação dos Familiares: CIO 2017-2018*), a Santa Casa da Misericórdia de Lagos procurou medir as perceções individuais dos seus utentes e respetivos familiares, em relação aos serviços que presta, de forma a identificar em que áreas de atuação pode obter incrementos de qualidade. Deste modo, foi possível aferir até que ponto a Santa Casa da Misericórdia de Lagos está a corresponder às necessidades e expectativas das pessoas que procuram os seus serviços.



Resultados da Avaliação da Satisfação Geral com os nossos Serviços



	RSU ECD	RSU AD	RSF ECD	RSF AD	RSF CIO
Muito Satisfeito	20,5%	60,0%	43,3%	37,0%	71,1%
Satisfeito	77,7%	40,0%	56,2%	63,0%	28,9%
Nada Satisfeito	1,9%	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%

RSU ECD – Relatório de Satisfação dos Utentes de ERPI e CD 2018

RSU AD – Relatório de Satisfação dos Utentes de Apoio Domiciliário 2018

RSF ECD – Relatório de Satisfação dos Familiares: ERPI e CD 2018

RSF AD – Relatório de Satisfação dos Familiares: Apoio Domiciliário 2018

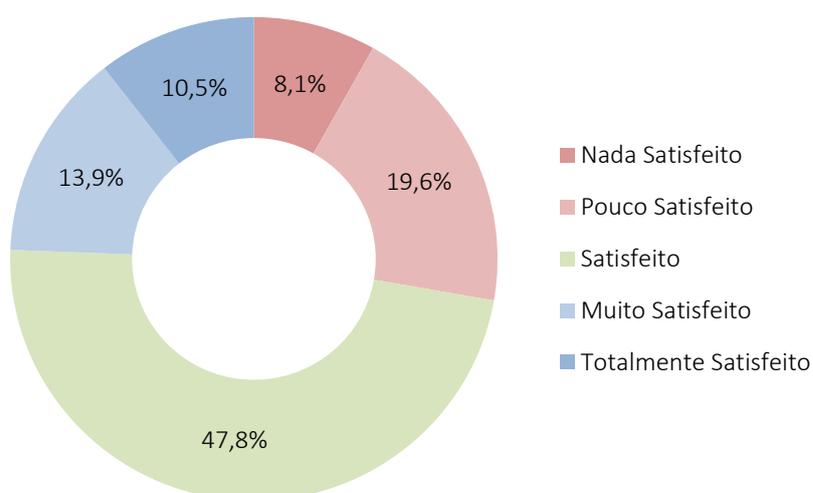
RSF CIO – Relatório de Satisfação dos Familiares: CIO 2017-2018

A Avaliação do Grau de Satisfação e Motivação dos Colaboradores da SCML tem por objetivo, melhorar as condições de trabalho na Instituição, potenciando a qualidade do trabalho produzido, e consequentemente, a qualidade dos serviços prestados aos nossos utentes.

Com a Avaliação do Grau de Satisfação e Motivação realizada, referente ao ano de 2018 (*ver Relatório de Satisfação e Motivação dos Colaboradores 2018*), a Santa Casa da Misericórdia de Lagos procurou medir as perceções individuais dos seus colaboradores, de forma a identificar em que áreas/parâmetros pode obter incrementos de qualidade. Deste modo, foi possível aferir até que ponto a Santa Casa da Misericórdia de Lagos está a satisfazer as expectativas dos seus colaboradores.

Em 2018 obtivemos um conjunto de 228 avaliações (66,3% do total de colaboradores com mais de 6 meses de trabalho na Instituição), maioritariamente positivas, com 72,2% dos colaboradores satisfeitos (47,8%), muito satisfeitos (13,9%) ou totalmente satisfeitos (10,5%) com o trabalho na Instituição, e 27,8% pouco (19,6%) ou nada (8,1%) satisfeitos com o mesmo (pergunta 3.25. do questionário – motivação e satisfação geral com o trabalho na Instituição). Das 228 avaliações, resultaram ainda 33 comentários/sugestões, com alertas para melhorias que os colaboradores pretendem ver implementadas, na sua grande maioria, relacionadas: com o reconhecimento e valorização do trabalho desenvolvido pelos mesmos; com a remuneração, regalias e benefícios atribuídos pela Instituição; com as condições de trabalho; e com a diversificação e confeção das refeições fornecidas.

Grau de Motivação e Satisfação Geral, com o trabalho na Instituição



**4.14. Gestão de Recursos Humanos e Formação**

O Serviço de Recursos Humanos da Santa Casa da Misericórdia de Lagos visa garantir as competências necessárias ao cumprimento da sua missão e o desenvolvimento e a valorização dos colaboradores da Instituição – principal “matéria-prima” na garantia da qualidade dos serviços prestados diariamente.

No quadro que se segue, é apresentado o número de colaboradores por resposta social, género e tipologia de contrato. Em dezembro de 2018, o número total de colaboradores na Santa Casa da Misericórdia era de 360 (entre contratos sem termo, contratos a termo e estágios profissionais):

Colaboradores Distribuídos pelas várias Respostas Sociais 31/12/2018								
Resposta Social	Mulher	Homem	Total	Contrato c/Termo	Contrato s/Termo	Estágios	Prestação de Serviços	
							Médico	Enfermeiro
Serv. Adm. Financeiros	13	5	18	1	17			
Apoio Domiciliário	15		15		15			
Lar Joaquim Eugénio Calado	27	1	28	6	22		1	1
Lar de Bensafrim	19	1	20	8	12		1	
Lar de Espiche	20	1	21	7	14		1	1
Lar Rainha D. Leonor	63	4	67	21	46		1	
Lar José Filipe Fialho	73	14	87	21	65	1	1	
Resid. M ^ª Francisca Fialho	24		24	7	17		1	1
Lar S. João Batista	31	4	35	17	18		1	1
Centro Infantil de Odiáxere	33		33	7	25	1		
Med. Física e Reabilitação	11	1	12	2	10		1	
Total	329	31	360	97	261	2	4	4

A atividade de três prestadores de serviços na área da Medicina divide-se por diferentes Equipamentos da Instituição, de acordo com o esquema de cores apresentado.

Neste Relatório, avaliamos ainda a rotatividade dos recursos humanos no ano de 2018 (entradas e saídas de colaboradores). Com o dever de assegurar a prestação dos serviços 24 horas por dia, e cumprir o rácio disposto no artigo 12.º da Portaria n.º 67/2012 de 21 de março, o qual estabelece o rácio de recursos humanos por categoria profissional e por um determinado número de utentes residentes, a Instituição teve de contratar 4 enfermeiros em regime de prestação de serviços, nomear duas diretoras técnicas, uma para o Centro de Dia Rainha D. Leonor e outra para o Centro de Dia José Filipe Fialho, e sempre que surgiu a necessidade, substituir os colaboradores que foram saindo.



Entradas e Saídas de Colaboradores por Mês



O absentismo dos colaboradores é um desafio que a Santa Casa da Misericórdia de Lagos tem que lidar no seu dia-a-dia, já que as faltas ao trabalho se traduzem num impacto significativo no cumprimento da prestação de serviços. As faltas, principalmente as baixas médicas prolongadas, acarretam mais encargos para a Instituição, uma vez que esta tem que formar e capacitar novos recursos humanos.

Através dos seguintes quadros e gráficos conseguimos caracterizar as diferentes tipologias de absentismo ocorrido na Santa Casa da Misericórdia de Lagos, no ano de 2018.

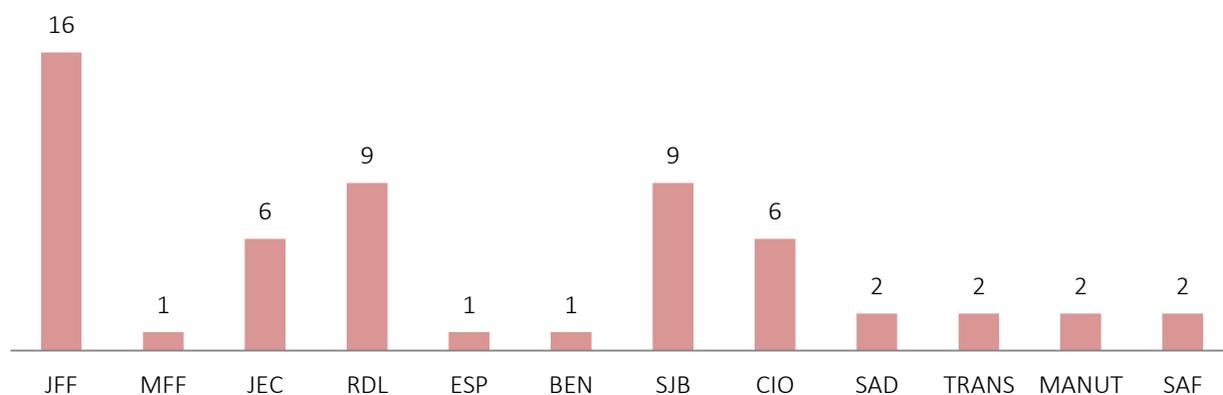
Total de Colaboradores por Tipo de Falta: 46				Total Dias de Faltas
Sanção Disciplinar	Licenças Maternidade/Paternidade	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	
1	10	9	26	1.545

Baixas Médicas	Total de Colaboradores	Colaboradores com mais de 1 baixa	Total de Baixas
	144	44	215

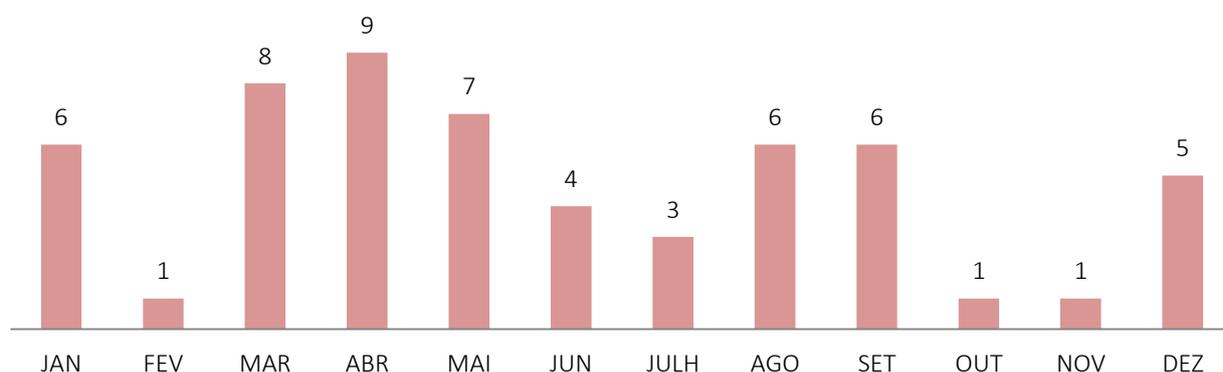
Número de Dias Perdidos por Acidentes de Trabalho	
0 dias	8
1 a 3 dias	3
4 a 30 dias	27
Mais de 30 dias	19
Total	57



Total de Acidentes de Trabalho por Equipamento Social – 2018



Total de Acidentes de Trabalho por Mês – 2018



Ainda no âmbito da caracterização dos colaboradores, apresentamos abaixo, os quadros com o grupo etário e o grau de escolaridade. Verifica-se que um grande número de colaboradores têm o 1.º, 2.º e 3.º ciclo de escolaridade, o que revela uma necessidade de investimento constante na formação profissional, na motivação para o aumento da escolaridade e na orientação de práticas de acordo com as capacidades de cada um.

	18-24 anos	25-44 anos	45-64 anos	mais de 65 anos	Total
Homem	0	18	13	1	32
Mulher	11	107	201	9	328
Total	11	125	214	10	360

	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior	Total
Homem	8	3	10	6	5	32
Mulher	91	48	80	69	40	328
Total	99	51	90	75	45	360

**Formação**

Com base no levantamento das necessidades de formação a cada colaborador, foi elaborado um Plano de Formação. Em 2018 os colaboradores tiveram acesso às formações externas e internas abaixo descritas:

Ações de Formação 2018			
	Descrição	Número Horas Formação	Número Colaboradores Abrangidos
EXTERNA	RVCC PRO de Técnica de Ação Educativa	50	4
	RVCC Escolar Nível Básico	97	9
	RVCC Nível Secundário	110	6
	Legislação Laboral	12	2
	Introdução à Asinoterapia	7	1
	Proteção de Dados – Regulamento	7	2
	Direito a Férias	3	3
	Gestão de Equipas	25	2
	XVII Ser Bebê – “A Educação na Primeira Infância”	6	2
	Workshop – “Portfólios” Educação Criativa	8	7
	IX Fórum Ibérico de Úlceras e Feridas	10	2
	Gestão da Relação com o Público	25	1
	II Encontro de Boas Práticas: Laços Sociais – Perspetivas sobre o Envelhecimento	8	1
	Excel Avançado	16	2
	Método Montessori em Geriatria	8	1
	Terapias Activas e Expressivas	16	1
	Curso Intensivo em Psicogerontologia	32	1
	Problemática da Prevenção e Controlo de Infeção em Lares	3	28
	Processos Individuais (PIC's e PI's) - Área sénior e Deficiência	8	1
	Encerramento de Contas 2018	8	1
Palestra sobre o Autismo	2	9	



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2018

IMP.AAF.13.02

Ações de Formação 2018			
	Descrição	Número Horas Formação	Número Colaboradores Abrangidos
INTERNA	Gestão do Stress Profissional	25	43
	Higiene da Pessoa Idosa em Lares e Centros de Dia	50	20
	Primeiros Socorros	25	40
	Mecânica Corporal (Tena)	2	14
	Avaliação e Identificação de Produtos Alergénicos	3	32
	Dicas para Lidar com as Crianças em Sala	2	24
	O Controlo da Diabetes no Idoso – Enfermeiros	2	5
	O Controlo da Diabetes no Idoso – Cuidadores	2	73
	Aplicação dos Protocolos de Ajuste de Insulina – Enfermeiros	2	8
	Como Lidar com as Birras	2	8
	Como Promover a Auto Estima nas Crianças	2	2
	"Água é Vida" – Hidratação em Idade Geriátrica	1:30	28
	Proteção de Dados – Regulamento	3	58
	Suporte Básico de Vida	4	21
	Cozinhas Sem Desperdício – Sustentabilidade Alimentar	2	42
	Gerir Comportamentos Inadequados	2	28
	ABC das Demências	2	38
	Ética e Deontologia e RGD	3	12
	Ética e Deontologia	2	14
	Sal ou Ervas Aromáticas – Qual a Melhor Opção?	1	14
Como Interpretar um Rótulo Alimentar no Supermercado	1	24	



5. Análise Económico-Financeira das Respostas Sociais

A atividade exercida ao longo do período em apreciação traduziu-se no apoio de âmbito social à infância e à população idosa, através das diferentes Respostas Sociais, e da área da saúde:

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

As respostas Sociais de ERPI são em número de 7, distribuídas pelos Equipamentos localizados nas várias freguesias do Concelho de Lagos.

Todas elas apresentam uma taxa de ocupação a 100%. A Resposta Social ERPI apresenta resultado negativo, por razões que se prendem com os baixos rendimentos dos idosos, a pouca participação financeira das famílias (comparticipação familiar de descendentes), e o subdimensionamento de algumas estruturas físicas.

No entanto, em alguns Equipamentos Sociais o resultado é positivo, por razões que se prendem com o número de utentes em ERPI e seu grau de autonomia.

Resposta Social	Valências	Cap.	Nº Acord. Coop.	Média Utentes	Resultados
ERPI	Lar José Filipe Fialho	90	90	90	17.756,65 €
	Residências Maria Francisca Fialho	70	60	70	72.850,89 €
	Lar de Idosos de Odiáxere	31	31	31	- 38.346,74 €
	Lar de Idosos S. João Batista	39	31	39	- 79.939,45 €
	Lar de Idosos de Bensafrim	20	20	20	- 57.964,20 €
	Lar de Idosos de Espiche	28	26	28	- 22.834,25 €
	Lar Rainha D. Leonor	60	35	60	49.506,34 €
TOTAIS		338	293	338	- 58.970,76 €

Centro de Dia

Os Centros de Dia estão localizados nas ERPI da Instituição. A Resposta Social apresenta resultado negativo, com a média de utentes nos Centros de Dia José Filipe Fialho, Espiche e Bensafrim, a ficar abaixo do protocolado em Acordo de Cooperação. Este resultado deve-se também à diminuta frequência de utentes não abrangidos por acordo de cooperação, e ao número reduzido de inscrições em lista de espera.

Resposta Social	Valências	Cap.	Nº Acord. Coop.	Média Utentes	Resultados
Centro Dia	C. Dia José Filipe Fialho	30	24	23	- 5.821,53 €
	C. Dia de Odiáxere	30	15	18	- 18.815,62 €
	C. Dia de Barão	12	0	8	- 2.763,46 €
	C. Dia de Bensafrim	30	15	11	- 40.415,57 €
	C. Dia de Espiche	30	16	14	- 29.978,89 €
	C. Dia Rainha D. Leonor	30	24	26	10.801,29 €
TOTAIS		162	94	100	- 86.993,78 €

Apoio Domiciliário

Por questões relacionadas com a operacionalização dos Equipamentos, a Resposta Social de Apoio Domiciliário tem como referência o Lar Joaquim Eugénio Calado, em Odiáxere, e o Lar Rainha D. Leonor, em Lagos.

Analisando o quadro abaixo podemos verificar que a média de utentes de Apoio Domiciliário Integrado foi deficitária em relação ao protocolado em Acordo de Cooperação, uma vez que o critério de admissão é a existência de encaminhamento por parte da equipa dos Cuidados Integrados do Centro de Saúde, situação que não se tem verificado.

O resultado negativo desta Resposta Social prende-se principalmente com os gastos com pessoal e depreciações e amortizações das viaturas.

Resposta Social	Valências	Cap.	Nº Acord. Coop.	Média Utentes	Resultados
SAD	Apoio Domiciliário Integrado	10	10	4	3.510,03 €
	Apoio Domiciliário de Lagos	50	50	50	- 15.275,03 €
	Apoio Domiciliário de Odiáxere	20	8	15	1.023,59 €
TOTAIS		80	68	69	- 10.741,41 €

Centro Infantil de Odiáxere

A Creche e o Pré-Escolar são duas Respostas Sociais que integram o Centro Infantil de Odiáxere.

À semelhança dos anos anteriores, esta Resposta Social continua a apresentar Resultado negativo, não só pelos baixos rendimentos dos agregados familiares, como também, e principalmente, pelo défice do número de Acordos de Cooperação:

Resposta Social	Valências	Cap.	Nº Acord. Coop.	Média Utentes	Resultados
Centro Infantil	Creche	87	55	76	- 68.504,96 €
	Educação Pré-Escolar	75	45	68	- 49.223,79 €
TOTAIS		162	100	144	- 117.728,75 €

Atendimento/Acompanhamento Social

A Resposta Social Atendimento/Acompanhamento Social tem na sua génese um Acordo de Cooperação celebrado entre a Santa Casa da Misericórdia de Lagos e a Segurança Social. Esta resposta tem como finalidade dar à população com problemas psicossociais, nomeadamente famílias e crianças em risco, acompanhamento, cooperação técnica e financeira, orientação e encaminhamento para outras Respostas Sociais e/ou proteção social adequada. O Atendimento/Acompanhamento Social é desenvolvido nas instalações do serviço local de Lagos da Segurança Social e na Santa Casa da Misericórdia de Lagos, por um Técnico de Serviço Social, que no ano de 2018 geriu aproximadamente 280 processos familiares.

Cantina Social

No âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar, em junho de 2012, a Santa Casa Misericórdia de Lagos celebrou, pela primeira vez, um Protocolo de Cooperação com o Centro Distrital da Segurança Social, IP de Faro para o fornecimento de 165 refeições diárias às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

O cumprimento do protocolo referido manteve-se inalterado até 30 de junho de 2017. O protocolo foi depois alterado, por iniciativa da Segurança Social, sendo gradualmente reduzido o número de refeições diárias fornecidas. O número de refeições diárias protocoladas para o ano de 2018 foi:

Nº refeições/dia janeiro a abril	Nº refeições/dia maio	Nº refeições/dia junho a setembro	Nº refeições/dia outubro	Nº refeições/dia novembro	Nº refeições/dia dezembro
65	60	55	50	45	40

No decorrer do ano 2018, a Santa Casa Misericórdia de Lagos forneceu 20.720 refeições confeccionadas aos agregados familiares/utentes de Cantina Social.

De forma a não prejudicar os agregados familiares/utentes e independentemente da redução do número de refeições protocoladas, a Misericórdia, acabou por assumir o custo/prejuízo de aproximadamente 250 refeições. Assim sendo, esta Resposta Social, a 31 de dezembro de 2018, apresenta um resultado negativo de 2.649,41€.

Apoio a Carenciados

Dando cumprimento ao Protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lagos, no ano de 2018, a Santa Casa da Misericórdia de Lagos distribuiu 1.061 cabazes alimentares pelas famílias mais carenciadas do Concelho de Lagos. Esta Resposta Social apresenta um resultado nulo.

Centro de Medicina Física e de Reabilitação

O Centro de Medicina Física e de Reabilitação aumentou a sua atividade no ano de 2018, no número de atos médicos (consultas) e no número de doentes tratados. Aumentou a faturação ao Serviço Nacional de Saúde, Subsistemas e Particulares, no entanto a Santa Casa da Misericórdia de Lagos ainda apresenta resultado negativo na atividade de saúde.

Ano	Nº Atos Médicos	Doentes Tratados	Faturação	Resultados
2017	2280	1814	241.596,95 €	- 45.798,64 €
2018	2339	1980	273.331,98 €	- 24.569,63 €
Variação	59	166	31.735,03 €	21.229,01 €



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2018

IMP.AAF.13.02

6. Análise da Demonstração de Resultados e Análise da Execução Orçamental

Demonstração de Resultados – 2018

SNC	GASTOS	2018	%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.055.920,30	16,15%
62	Fornecimentos e serviços externos	702.117,22	10,74%
63	Gastos com o Pessoal	4.408.320,89	67,43%
64	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	299.710,73	4,58%
65	Imparidade de dividas a receber	4.761,69	0,07%
67	Provisões do período	6.000,00	0,09%
68	Outros gastos e perdas	57.445,26	0,88%
69	Gastos e perdas de financiamento	3.079,34	0,05%
		6.537.355,43	

SNC	RENDIMENTOS	2018	%
72	Prestações de serviços	3.214.421,49	51,55%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	2.400.524,20	38,50%
76	Reversões	5.104,55	0,08%
78	Outros rendimentos e ganhos	609.489,42	9,77%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	6.162,03	0,10%
		6.235.701,69	

Resultados antes de depreciação e amortização, gastos de financeiros e impostos	-5.025,70
Resultados Operacionais (antes de gastos de financeiros e impostos)	-304.736,43
Resultados Financeiros	3.082,69
Resultado antes de impostos	-301.653,74
Resultado liquido do período	-301.653,74

Comparativos de Rendimentos e Gastos entre os anos de 2017 e 2018

SNC	GASTOS	2017	2018	Variação €	%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.123.867,84	1.055.920,30	-67.947,54	-6,05%
62	Fornecimentos e serviços externos	714.176,40	702.117,22	-12.059,18	-1,69%
63	Gastos com o Pessoal	4.179.756,24	4.408.320,89	228.564,65	5,47%
64	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	277.532,60	299.710,73	22.178,13	7,99%
65	Imparidade de dividas a receber	10.540,00	4.761,69	-5.778,31	-54,82%
67	Provisões do período	0,00	6.000,00	6.000,00	100,00%
68	Outros gastos e perdas	17.490,63	57.445,26	39.954,63	228,43%
69	Gastos e perdas de financiamento	3.540,24	3.079,34	-460,90	-13,02%
		6.326.903,95	6.537.355,43	210.451,48	3,33%

SNC	RENDIMENTOS	2017	2018	Variação €	%
72	Prestações de serviços	3.090.323,33	3.214.421,49	124.098,16	4,02%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	2.415.796,62	2.400.524,20	-15.272,42	-0,63%
76	Reversões	0,00	5.104,55	5.104,55	100,00%
78	Outros rendimentos e ganhos	440.041,99	609.489,42	169.447,43	38,51%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	6.686,46	6.162,03	-524,43	-7,84%
		5.952.848,40	6.235.701,69	282.853,29	4,75%

Resultados antes de depreciação e amortização, gastos de financeiros e impostos	-99.669,17	-5.025,70	94.643,47	94,96%
Resultados Operacionais (antes de gastos de financeiros e impostos)	-377.201,77	-304.736,43	72.465,34	19,21%
Resultados Financeiros	3.146,22	3.082,69	-63,53	-2,02%
Resultado antes de impostos	-374.055,55	-301.653,74	72.401,81	19,36%
Resultado liquido do período	-374.055,55	-301.653,74	72.401,81	19,36%



Execução Orçamental de Rendimentos e Gastos do ano 2018

SNC	GASTOS	Orçamento 2018	2018	Variação €	%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.099.000,00	1.055.920,30	-43.079,70	-3,92%
62	Fornecimentos e serviços externos	704.000,00	702.117,22	-1.882,78	-0,27%
63	Gastos com o Pessoal	4.012.455,15	4.408.320,89	395.865,74	9,87%
64	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	260.000,00	299.710,73	39.710,73	15,27%
65	Imparidade de dívidas a receber	5.000,00	4.761,69	-238,31	-4,77%
67	Provisões do período	0,00	6.000,00	6.000,00	100,00%
68	Outros gastos e perdas	20.000,00	57.445,26	37.445,26	187,23%
69	Gastos e perdas de financiamento	2.800,00	3.079,34	279,34	9,98%
		6.103.255,15	6.537.355,43	434.100,28	7,11%

SNC	RENDIMENTOS	Orçamento 2018	2018	Variação €	%
72	Prestações de serviços	3.204.613,36	3.214.421,49	9.808,13	0,31%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	2.477.708,25	2.400.524,20	-77.184,05	-3,12%
76	Reversões	0,00	5.104,55	5.104,55	100,00%
78	Outros rendimentos e ganhos	410.705,66	609.489,42	198.783,76	48,40%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	10.500,00	6.162,03	-4.337,97	-41,31%
		6.103.527,27	6.235.701,69	132.174,42	2,17%

Resultados antes de depreciação e amortização, gastos de financeiros e impostos	252.572,12	-5.025,70	-257.597,82	-101,99%
Resultados Operacionais (antes de gastos de financeiros e impostos)	-7.427,88	-304.736,43	-297.308,55	4002,60%
Resultados Financeiros	7.700,00	3.082,69	-4.617,31	-59,97%
Resultado antes de impostos	272,12	-301.653,74	-301.925,86	-110953,20%
Resultado líquido do período	272,12	-301.653,74	-301.925,86	-110953,20%

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: os gastos diminuíram em relação ao orçamentado, e em relação ao realizado no ano anterior diminuíram em 6,05%, uma vez que foram renegociados alguns contratos de aquisição de matérias de consumo. Também houve um controlo mais assíduo e assertivo dos stocks nos diferentes Equipamentos/Valências da Instituição.

Fornecimentos e serviços externos: estes gastos atingiram um valor inferior ao orçamentado e diminuíram em 1,69%, em relação ao ano anterior.

Gastos com pessoal: a execução orçamental desta conta de gastos ficou acima do orçamentado e houve um aumento em 2018 de 5,47% face ao ano anterior. Este aumento é justificado pelo seguinte: atualização do salário mínimo nacional dos 557,00€ para os 580,00€, e consequente atualização da tabela salarial da Instituição até ao nível XIII; e a promoção e evolução na carreira promovida pela avaliação de desempenho. A variação desta conta de gastos com pessoal também se deve à apólice de seguro de acidentes de trabalho, que de 2017 para 2018 sofreu um aumento de aproximadamente 50%, pois o índice de sinistralidade é considerado grave, uma vez que o número de dias perdidos por acidentes de trabalho é igual ou superior a 30.

Esta conta de gastos é sujeita anualmente a especialização, onde são criados e regularizados valores de férias e subsídio de férias, vencidos num ano mas apenas pagos no ano seguinte.

É ainda importante referir que esta conta tem um grande peso na demonstração de resultados não só pelo resultado obtido, 67,43% do total de Gastos da Instituição, mas porque os colaboradores da Misericórdia são a principal “matéria-prima” para o desenvolvimento da sua atividade, pois são estas pessoas que tratam e cuidam diariamente dos utentes.

Depreciação de amortização: o valor em referência advém do processo de amortização do imobilizado/património da Instituição. Esta conta sofreu um aumento de 22.178,13€. Este aumento é justificado principalmente pela conservação e reparações dos Bens da Instituição que influenciam o valor e vida útil dos mesmos (Equipamento Básico e Edifícios) e novas aquisições.

Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões): foram reconhecidas perdas por imparidade aos processos que evidenciam eventos de perda, e ao contrário dos anos anteriores, em 2018 houve reversões superiores às perdas, o que significa que a Instituição conseguiu recuperar dívidas consideradas incobráveis.

Provisão: não se trata de um gasto efetivo, trata-se de uma reserva de valor para atender a uma despesa que se espera, e justifica-se pelo seguinte: em 10 de outubro de 2013, o veículo ligeiro de mercadorias, matrícula 25-59-IM, da Santa Casa da Misericórdia de Lagos foi autuado pela Guarda Nacional Republicana por transportar resíduos de construção (entulho) sem acompanhamento da respetiva guia de transporte, para depositar no aterro. Em 11 de dezembro 2013 a Santa Casa da Misericórdia de Lagos apresentou defesa através de pronúncia escrita, justificando que não se tratava de material perigoso nem tóxico, era material resultante de demolição do alargamento de algumas portas no Lar José Filipe Fialho, de modo a permitir uma melhor circulação dos utentes em especial dos que se deslocam em cadeira de rodas. A Inspeção-Geral de Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, não aceitou a defesa e considera o facto uma contraordenação ambiental grave, pelo que emite em 16 de julho de 2018, uma notificação de contraordenação no valor de 12.000,00€. A Santa Casa da Misericórdia de Lagos não efetuou o pagamento e impugnou judicialmente; a Juíza da Instância Local de Lagos anulou a decisão e ordenou que o processo fosse de novo remetido à autoridade administrativa para esta produzir decisão. Na perspetiva do Dr. Almeida Borges, advogado contratado para tratar do caso, será difícil obter a absolvição da contraordenação, sendo todavia de esperar a atenuação especial de metade do valor.

Verificou-se um aumento nos **Outros Gastos e Perdas**, principalmente nas sub-contas: Gastos em Investimentos não financeiros, onde está contabilizado o abate da propriedade de investimento - Artigo 31S Telheiro e dos direitos de superfície dos terrenos dos Lares Rainha D. Leonor e São João Batista; e nos Outros Gastos, onde está contabilizado o pagamento da indemnização de 8.000,00€, pelo fim do contrato de arrendamento da Rua Henrique Correia da Silva e o pagamento do imposto sobre transmissões – IMT, 4.681,82€, relativo à Procuração Irrevogável das lojas da Rua Laçarote de Freitas.

Gastos e perda de financiamento: os poucos juros suportados e despesas bancárias são registados nesta conta, que atingiu em 2018 o somatório de 3.079,34€.

Relativamente aos Rendimentos e Ganhos, houve um aumento na conta de **Prestação de Serviços** em 2018, comparativamente ao Orçamentado e ao ano 2017, que se prende principalmente pela atualização anual das mensalidades dos utentes de todas as Respostas Sociais e pelo aumento da frequência de utentes não abrangidos por Acordo de Cooperação no Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário de Odiáxere. O aumento da faturação do Centro de Medicina Física e de Reabilitação também foi um contributo positivo. Esclarece-se ainda que esta conta de **Prestação de Serviços** reflete o somatório da receita/faturação mensal da atividade principal desenvolvida pela Instituição, que é influenciada diretamente pela frequência de utentes.

A receita contabilizada na conta **Subsídio, doações e legados à exploração**, também é influenciada pela frequência de utentes, logo sempre que o número de utentes não corresponda ao protocolado, a Segurança Social diminui o Subsídio, situação que está a ocorrer na Resposta Social de Apoio Domiciliário Integrado. Outra situação que influencia negativamente esta conta é o protocolo das Cantinas Sociais, onde o número de utentes tem vindo a ser reduzido gradualmente, por iniciativa da Segurança Social, daí esta conta apresentar uma diminuição de um ano para o outro e em relação ao orçamentado.

Reversões (imparidades de dívidas a receber-perdas): reflete a recuperação de dívidas consideradas incobráveis e com reconhecimento de imparidade em anos anteriores.

Outros rendimentos e ganhos: esta conta reflete toda a receita que **não advém** da atividade principal da Instituição (temos o exemplo das rendas auferidas das propriedades de investimento, descontos de pronto pagamento...). Em 2018 foi ainda contabilizada/reconhecida a mais-valia, conseqüente da permuta entre a propriedade de investimento - Artigo 31S Telheiro e os direitos de propriedade de solo (aquisição definitiva) do Artigo 8313 - Rua Rainha D. Leonor n.º 2 (Lar Rainha D. Leonor) e do Artigo 1811 - Rua 25 de Abril (Lar São João Batista).

A conta de **Juros, dividendos e outros rendimentos similares** diminuiu, devido às baixas taxas de juros oferecidas pelas entidades bancárias.

Face ao exposto, o Resultado Líquido em 31 de dezembro de 2018 é negativo em 301.653,74€, resultante de um total de GASTOS de 6.537.355,43€, contra 6.235.701,69€ de RENDIMENTOS.

7. Riscos

De acordo com a análise às demonstrações financeiras do ano 2018, concluímos que a Santa Casa da Misericórdia de Lagos, ainda mantém capacidade para cumprir com os seus compromissos, mas terá que controlar os seus gastos rigorosamente e rentabilizar mais a sua capacidade de forma a criar mais receita própria. A Instituição não pode depender tanto dos acordos celebrados com algumas entidades públicas, nomeadamente a Segurança Social, a Administração Regional de Saúde e a Câmara Municipal de Lagos, uma vez que, existe sempre o risco de redução das comparticipações protocoladas. Por outro lado, analisando individualmente as Respostas Sociais, constatamos que a maioria apresenta resultados negativos, e em bom rigor, esta situação requer, igualmente, uma atenção especial para não manter o risco de desequilíbrio das contas.

Assim, e como forma de manter a estrutura organizacional e financeira da Misericórdia equilibrada, a Mesa Administrativa irá estar atenta a possíveis alterações que possam por em causa o rumo da organização, e agarrar novas oportunidades de rentabilização.

8. Perspetivas

A Mesa Administrativa perspetiva dar continuidade à boa gestão do património da Misericórdia, apostar na formação dos colaboradores como forma de elevar a qualidade dos serviços, e trabalhar para a certificação da qualidade dos serviços prestados em todos os Equipamentos/Respostas Sociais da Instituição.

Criar condições que garantam a autonomia económica e financeira da Instituição, promovendo soluções de economia de escala que permitam a poupança de recursos.

Atendendo à urgência de reabilitação de alguns imóveis da Misericórdia, a Mesa Administrativa propõe-se continuar a desenvolver o processo de reabilitação, tal como fez em 2018 através da candidatura a uma medida de financiamento do Portugal 2020.



9. Proposta de Aplicação dos Resultados e Conclusão

Os resultados apresentados neste Relatório de Atividades e Contas do Exercício são o reflexo das atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2018 na Santa Casa da Misericórdia de Lagos.

O Resultado Líquido do Período no montante negativo de 301.653,74€, por proposta da Mesa Administrativa, transitará para Resultados Transitados.

É um propósito da Mesa Administrativa continuar a pugnar por uma boa gestão, controlando os gastos e aumentando, tanto quanto possível, os rendimentos, e numa perspetiva social, continuar a responder às solicitações da comunidade.

Por outro lado, e numa perspetiva da melhoria da qualidade dos serviços que a Instituição presta, é um propósito desta Mesa Administrativa continuar a investir na humanização dos cuidados, na formação dos colaboradores, na animação, ocupação e lazer dos idosos, no combate à imobilização e no apoio às famílias e utentes carenciados.

Pela Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Lagos, 12 de março de 2019

A Mesa Administrativa



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e
Contas do Exercício de 2018

IMP.AAF.13.02

10. Contas

Santa Casa Da Misericórdia De Lagos

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 501058559

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	6.872.295,77	6.871.323,26
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	9.115,45	24.490,01
Investimentos financeiros	17.1	37.419,27	22.294,34
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		6.918.830,49	6.918.107,61
Activo corrente			
Inventários	9	35.769,18	34.098,65
Créditos a receber	17.3	143.061,66	127.523,84
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	9.548,02	5.841,02
Diferimentos		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	17.6	1.213.561,14	1.663.329,02
Estados e outros entes públicos	17.9	44.728,63	15.836,53
Outros ativos correntes	17.4	1.517.573,68	1.531.156,81
		2.964.242,31	3.377.785,87
Total do ativo		9.883.072,80	10.295.893,48
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		119.515,92	119.515,92
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	17.7	0,00	0,00
Resultados transitados		5.026.294,38	5.419.361,12
Excedentes de revalorização		71.436,71	71.436,71
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		4.108.479,59	4.194.592,88
		9.325.726,60	9.804.906,63
Resultado líquido do período		-301.653,74	-374.055,55
Total dos fundos patrimoniais		9.024.072,86	9.430.851,08
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	6.000,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		6.000,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores c/c	17.8	138.035,73	162.105,38
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	55,00	13,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17.9	100.274,83	103.383,49
Outros passivos correntes	17.10	614.634,38	599.540,53
		852.999,94	865.042,40
Total do passivo		858.999,94	865.042,40
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9.883.072,80	10.295.893,48

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2018

IMP.AAF.13.02

Santa Casa Da Misericórdia De Lagos

Contribuinte : 501058559

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	10	3.214.421,49	3.090.323,33
Subsídios, doações e legados à exploração	12/17.12	2.400.524,20	2.415.796,62
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	1.055.920,30	1.123.867,84
Fornecimentos e serviços externos	17.13	702.117,22	714.176,40
Gastos com o pessoal	15	4.408.320,89	4.179.756,24
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.3	-342,86	10.540,00
Provisões (aumentos/reduções)	11	6.000,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.14	609.489,42	440.041,99
Outros gastos	17.15	57.445,26	17.490,63
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-5.025,70	-99.669,17
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	299.710,73	277.532,60
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-304.736,43	-377.201,77
Juros e rendimentos similares obtidos	10/17.16	6.162,03	6.686,46
Juros e gastos similares suportados	17.16	3.079,34	3.540,24
Resultados antes de impostos		-301.653,74	-374.055,55
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-301.653,74	-374.055,55

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2018

IMP.AAF.13.02

Santa Casa Da Misericórdia De Lagos
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		3 757 817,72	4 207 648,68
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-1 919 168,69	-1 951 831,42
Pagamentos ao pessoal		-2 979 974,94	-2 769 681,59
Caixa gerada pelas operações		-1 141 325,91	-513 864,33
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-206 636,59	-178 954,83
Outros recebimentos/pagamentos		879 964,02	373 919,95
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-467 998,48	-318 899,21
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-15 472,00	-9 912,82
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		-1 150 000,00	-2 100 000,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		1 150 000,00	2 100 000,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		4 831,56	6 518,74
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-10 640,44	-3 394,08
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		28 871,04	48 933,18
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		28 871,04	48 933,18
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-449 767,88	-273 360,11
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 663 329,02	1 936 689,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 213 561,14	1 663 329,02

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e
Contas do Exercício de 2018

IMP.AAF.13.02

Contribuinte :501 058 559

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO PATRIMONIAL NO PERÍODO 2018

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Montantes Expressos em Euros (sem decimais)							Total do Capital Próprio
		Fundos Patrimoniais	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedente de revalorização	Outras variações no FP	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	119 515,92	0,00	0,00	5 419 361,12	71 436,71	4 194 592,88	-374 055,55	9 430 851,08
Alterações do período:									
Primeira adoção do referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de dem. financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excd.revalor.AFT e AI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excd.revalor.AFT e AI e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações/		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-86 113,29	0,00	-86 113,29
Transferência Resultados Exerc. Anterior		0,00	0,00	0,00	-393 066,74	0,00	0,00	0,00	-393 066,74
	2	0,00	0,00	0,00	-393 066,74	0,00	-86 113,29	0,00	-479 180,03
Resultado líquido do período	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-301 653,74	-301 653,74
Resultado integral	4=2+3	0,00	0,00	0,00	-393 066,74	0,00	-86 113,29	-301 653,74	-780 833,77
Operações com detentores de FP:									
Realizações de fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	5	119 515,92	0,00	0,00	5 026 294,38	71 436,71	4 108 479,59	-301 653,74	9 024 072,86
	6=1+2+3+5								

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2018

IMP.AAF.13.02

Santa Casa Da Misericórdia De Lagos

Anexo

31 de dezembro 2018

Em 12/03/2019

© F3M – Information Systems, SA



Anexo 31 de dezembro 2018

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	11
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	11
6	Ativos Intangíveis	15
7	Locações.....	16
8	Custos de Empréstimos Obtidos	16
9	Inventários	16
10	Rédito.....	16
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	17
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	17
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	18
14	Imposto sobre o Rendimento.....	18
15	Benefícios dos empregados	18
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
17	Outras Informações.....	19
17.1	Investimentos Financeiros	19
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	19
17.3	Clientes e Utentes	20
17.4	Outros Ativos Correntes (Outras contas a receber)	20
17.5	Diferimentos	21
17.6	Caixa e Depósitos Bancários.....	21
17.7	Fundos Patrimoniais.....	22
17.8	Fornecedores	22
17.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	22
17.10	Outros Passivos Correntes (Outras contas a pagar)	23
17.11	Outros Passivos Financeiros	23
17.12	Subsídios, doações e legados à exploração.....	23
17.13	Fornecimentos e serviços externos.....	24
17.14	Outros rendimentos.....	24



Anexo 31 de dezembro 2018

17.15 Outros gastos	24
17.16 Resultados Financeiros.....	25
17.17 Acontecimentos após data de Balanço	25



Anexo 31 de dezembro de 2018

1 Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Lagos” é uma Irmandade da Misericórdia, com regime legal de instituição particular de solidariedade social, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, com estatutos aprovados em 06 de Julho de 2017, pela autoridade eclesiástica, com sede em Rua Rainha D. Leonor, 2 8600-776 Lagos.

Tem como atividade principal o Apoio Social para pessoas idosas, com ou sem alojamento, Creche e a Educação Pré-Escolar.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), disposto no artigo 4.º do DL.98/2015, de 02 de junho de 2015, e de acordo com os instrumentos contabilísticos do Aviso nº 8258/2015, publicado no DR. 2ª série, nº 146, de 29 de julho de 2015.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

- 3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica);
- 3.1.2 Continuidade;
- 3.1.3 Compreensibilidade;
- 3.1.4 Relevância;
- 3.1.5 Materialidade;
- 3.1.6 Fiabilidade;
- 3.1.7 Representação Fidedigna;
- 3.1.8 Substância sobre a forma;
- 3.1.9 Neutralidade;
- 3.1.10 Prudência;
- 3.1.11 Plenitude;
- 3.1.12 Comparabilidade;



Anexo 31 de dezembro de 2018

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



Anexo 31 de dezembro de 2018

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	70

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



Anexo 31 de dezembro de 2018

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT) à data da sua incorporação (por doação ou aquisição). São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.



Anexo 31 de dezembro de 2018

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

A Instituição não detém “Bens do património histórico e cultural”.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.



Anexo 31 de dezembro de 2018

Clientes e outros ativos correntes (outras contas a receber)

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes (outras contas a pagar)

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.



Anexo 31 de dezembro de 2018

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos ObtidosEmpréstimos obtidos

A entidade não detém “Empréstimo Obtidos”, caso detivesse encontravam-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

**Anexo 31 de dezembro de 2018**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

A Santa casa da Misericórdia de Lagos valoriza os bens ao preço de **aquisição/doação**, e associa sempre o valor da reparação/conservação com influência no valor do bem (por exemplo obras).

No que concerne à depreciação e amortizações e de acordo com o SNC das ESNL, o método de depreciação a usar deve refletir o modelo por que se espera que os bens do ativo contribuam para o desenvolvimento da atividade presente e futura da Entidade. Desta forma foi tido em consideração a família dos diferentes bens e a sua vida útil, adotando-se as seguintes taxas de amortização:

	Descrição	Anos vida útil	Taxa
1	Terrenos e Recursos Naturais	0	0,00%
2	Edificações Ligeiras	6	16,66%
3	Edificações Afetas Ind. Agro-Pecuária	25	4,00%
4	Outros Edifícios e Construções	50	2,00%
5	Equipamento Básico	6	16,66%
6	Equipamento de Transporte	5	20,00%
7	Ferramentas e Utensílios	4	25,00%



Anexo 31 de dezembro de 2018

8	Equipamento Administrativo	6	16,66%
9	Equipamento Informático	5	20,00%
10	Programas de Computador	3	33,33%
11	Taras e Vasilhame	8	12,50%
12	Animais Produtivos Trabalho e Reprodução	6	16,66%
13	Imobilizado Incorpóreo	5	20,00%
14	Amortização Total	1	100,00%
15	Outros Ativos Tangíveis	6	16,66%
16	Investimentos em curso	68	1,47%
17	Direito de Superfície	70	1,43%
18	Sem Amortização	0	0,00%

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições (aumentos), os abates e alienações, as depreciações (reduções) e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2017				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Ativo Bruto				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	8.214.790,00	102.728,25	0,00	8.317.518,25
Equipamento básico	1.016.472,03	53.944,26	4.742,23	1.065.674,06
Equipamento de transporte	368.974,29	70.871,56	88.032,44	351.813,41
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	168.858,78	9.951,61	481,66	178.328,73
Outros Ativos fixos tangíveis	163.100,86	9.169,45	2.681,00	169.589,31
Total	9.932.195,96	246.665,13	95.937,33	10.082.923,76
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2.074.459,37	164.960,99	0,00	2.239.420,36
Equipamento básico	863.778,50	38.909,22	4.364,45	898.323,27
Equipamento de transporte	266.087,39	29.611,69	64.852,52	230.846,56
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	127.702,43	14.916,28	442,66	142.176,05
Outros Ativos fixos tangíveis	93.003,42	17.334,31	2.681,00	107.656,73
Total	3.425.031,11	265.732,49	72.340,63	3.618.422,97

Saldo Final de Outros Ativos Fixos Tangíveis em 31 dezembro 2017 foi de **6.464.500.79 €**



Anexo 31 de dezembro de 2018

2018				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Ativo Bruto				
Terrenos e recursos naturais	0,00	217.850,00	0,00	217.850,00
Edifícios e outras construções	8.317.518,25	6.777,02	0,00	8.324.295,27
Equipamento básico	1.065.674,06	45.423,84	3.617,62	1.107.480,28
Equipamento de transporte	351.813,41	0,00	0,00	351.813,41
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	178.328,73	25.231,88	1.583,67	201.976,94
Outros Ativos fixos tangíveis	169.589,31	6.198,52	342,06	175.445,77
Total	10.082.923,76	301.481,26	5.543,35	10.378.861,67
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2.239.420,36	166.449,43	0,00	2.405.869,79
Equipamento básico	898.323,27	45.251,94	3.155,18	940.420,03
Equipamento de transporte	230.846,56	33.016,81	0,00	263.863,37
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	142.176,05	17.935,25	1.583,67	158.527,63
Outros Ativos fixos tangíveis	107.656,73	25.172,14	342,06	132.486,81
Total	3.618.422,97	287.825,57	5.080,91	3.901.167,63

Saldo Final de Outros Ativos Fixos Tangíveis em 31 dezembro 2018 foi de **6.477.694.04 €**

Investimentos em curso

No que concerne aos “ Investimentos em Curso” os movimentos ocorridos no período de 2017 e 2018, foram os seguintes:

2017				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Investimentos em Curso	31.463,00	0,00	0,00	31.463,00
Total	31.463,00	0,00	0,00	31.463,00

2018				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Investimentos em Curso	31.463,00	0,00	0,00	31.463,00
Total	31.463,00	0,00	0,00	31.463,00



Anexo 31 de dezembro de 2018

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2017 e 2018, foram os seguintes:

2017				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Ativo Bruto				
Terrenos e recursos naturais	12.774,55	882,74		13.657,29
Edifícios e outras construções	825.941,24	30.221,00		856.162,24
Total	838.715,79	31.103,74	0,00	869.819,53
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais				0,00
Edifícios e outras construções	482.983,70	11.476,36		494.460,06
Total	482.983,70	11.476,36	0,00	494.460,06

Saldo Final de Propriedades Investimento em 31 dezembro 2017, foi de **375.359,47€**.

2018				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Ativo Bruto				
Terrenos e recursos naturais	13.657,29	0,00	2.807,58	10.849,71
Edifícios e outras construções	856.162,24	2.472,00	0,00	858.634,24
Total	869.819,53	2.472,00	2.807,58	869.483,95
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	494.460,06	11.885,16	0,00	506.345,22
Total	494.460,06	11.885,16	0,00	506.345,22

Saldo Final de Propriedades Investimento em 31 dezembro 2018, foi de **363.138.73€**.

O valor líquido dos Ativos Fixos Tangíveis em 31 de dezembro de 2018 foi de **6 872.295,77€**.



Anexo 31 de dezembro de 2018

6 Ativos IntangíveisBens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Intangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Ativo Bruto				
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	30.163,88	8.739,00	0,00	38.902,88
Total	30.163,88	8.739,00	0,00	38.902,88
Depreciações acumuladas				
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	14.089,12	323,75	0,00	14.412,87
Total	14.089,12	323,75	0,00	14.412,87

O valor líquido dos ativos fixos intangíveis em 31 de dezembro de 2017 foi de **24 490,01€**.

Descrição	2018			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Ativo Bruto				
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	38.902,88	0,00	21.957,11	16.945,77
Total	38.902,88	0,00	21.957,11	16.945,77
Depreciações acumuladas				
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	14.412,87	342,06	6.924,61	7.830,32
Total	14.412,87	342,06	6.924,61	7.830,32

O valor líquido dos ativos fixos intangíveis em 31 de dezembro de 2018 foi de **9.115,45€**.



Anexo 31 de dezembro de 2018

7 Locações

A Entidade não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

A Entidade não detém encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos.

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017			2018			
	Inventário inicial	Compras	Reclassif. e Regulariz.	Inventário final	Compras	Reclassif. e Regulariz.	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	41.454,02	1.121.236,38	-4.723,91	34.098,65	1.051.745,68	5.845,15	35.769,18
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00			
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00			
Total	41.454,02	1.121.236,38	-4.723,91	34.098,65	1.051.745,68	5.845,15	35.769,18
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00			1.123.867,84			1.055.920,30
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços	3.214.421,49	3.090.323,33
Quotas de utilizadores	3.204.653,99	3.081.186,33
Quotas e joias	9.767,50	9.137,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	6.162,03	6.686,46
Royalties		
Dividendos		
Total	3.220.583,52	3.097.009,79



Anexo 31 de dezembro de 2018

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentesProvisões

Nos períodos de 2017 e 2018, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2017	Aumentos	Diminuições	2018
Processos judiciais em curso	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
Total	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00

A constituição (aumento) da provisão “673 vs 293 - Processos judiciais em curso”, deve-se ao facto de a Instituição ter impugnado judicialmente uma contraordenação de 12 000,00, emitida pela Inspeção-Geral de Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, e na perspetiva do Dr. Almeida Borges, advogado contratado para tratar do caso, será difícil obter a absolvição da contraordenação, sendo todavia de esperar a atenuação especial de metade do valor.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Subsídios do Estado e outros entes públicos			
	2018	2017	2016
ISS, IP - Centro Distrital			
Infância e Juventude			
Creches	177.002,40	170.974,85	153.056,19
Ensino Pré-Escolar	94.624,20	94.246,20	94.057,20
Terceira Idade			
Lares	1.452.396,34	1.431.251,89	1.364.992,58
Centros de Dia	119.841,69	100.452,72	102.901,46
Apoio Domiciliário	281.379,34	290.154,23	278.726,40
Protocolo/Projeto com ISS - CDSS Faro	20.575,08	20.132,16	19.718,04
Programa Emergência Social – Alimentar	52.400,00	135.372,50	162.602,50
Educação Pré-Escolar - Compensação Salarial	10.852,80	0,00	0,00
Outros Subsídios _ Especialização ISS	46.862,79	0,00	0,00
Autarquias			
CML - Acordo Coop. - Projeto Apoio Carenciados			
Apoio Alimentar	62.233,30	71.615,00	54.695,20
Apoio Logístico	10.200,00	10.200,00	10.200,00
Apoio Caracter Urgente	8.032,71	3.776,05	7.104,94
Subsidio Camara Municipal Lagos	5.000,00	3.000,00	0,00
Instituto do Emprego e Formação Profissional			
I.E.F.P. Emp. Inserção Lares	0,00	2.703,13	9.505,29
Contrato Empresa Inserção	378,54	0,00	0,00
I.E.F.P. - Estágios Profissionais	10.896,10	24.464,77	52.727,90
	2.352.675,29	2.358.343,50	2.310.287,70

O total da rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” está divulgado na nota 17.12.



Anexo 31 de dezembro de 2018

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2017 e 31/12/2018, não houve registo de taxas de câmbio desfavoráveis ou favoráveis.

14 Imposto sobre o Rendimento

A Entidade é isenta de imposto sobre o rendimento.

15 Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos sociais, nos exercícios 2018 e 2017, foram Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Mesa Administrativa.

Os órgãos sociais são voluntários e não remunerados.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 foi de 360.

Os gastos que a Entidade incorreu com os trabalhadores foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	3.527.944,79	3.388.802,37
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	5.371,02	2.334,33
Encargos sobre as Remunerações	786.068,70	747.826,21
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	82.232,38	32.686,89
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal – Medicina do Trabalho	6.704,00	8.106,44
Total	4.408.320,89	4.179.756,24

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2018, foram de **6.236,10 €**.



Anexo 31 de dezembro de 2018

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	10,00	10,00
Outros investimentos financeiros	37.409,27	22.284,34
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	37.419,27	22.294,34

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	9.548,02	5.841,02
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	9.548,02	5.841,02
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	55,00	13,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	55,00	13,00

No decorrer dos anos 2018 e 2017 não houve Beneficiários de mutualidades.



Anexo 31 de dezembro de 2018

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 a 2018 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2018
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	27.081,52	40.632,92
Utentes	153.944,64	155.588,20
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	181.026,16	196.221,12

Do período de 2017 para 2018 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2017	Redução	Aumentos	2018
Clientes	-2 600,00	0,00	-700,00	-3 300,00
Utentes	-50 902,32	5 104,55	-4 061,69	-49 859,46
Total	-53 502,32	5 104,55	-4 761,69	-53 159,46

Sendo que o saldo final de clientes nos períodos de 2017 e 2018 são de **127.523,84€** e **143.061,66€**, respetivamente.

17.4 Outros ativos correntes (outras contas a receber)

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	1.881,12	1.038,73
Adiantamentos ao pessoal	1.843,64	1.682,25
Outras operações com pessoal	0,00	806,23
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	15.463,94	15.463,94
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	91.749,88	74.385,79
Outros Devedores	1.406.635,10	1.437.779,87
Outros Instrumentos Financeiros		0,00
Perdas por Imparidade		
Total	1.517.573,68	1.531.156,81



Anexo 31 de dezembro de 2018

A rubrica “Outros devedores” inclui uma sub – rubrica denominada **Entidades do Sector Público Administrativo** com um saldo de 1 394 353,00 €, sem variação desde 2012. Este saldo justifica-se pela falta de recebimento do subsídio PIDDAC – Protocolo de Colaboração com o Instituto de Solidariedade e Segurança Social.

Tendo em conta o incumprimento do protocolo por parte do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, a Santa Casa da Misericórdia de Lagos em abril/2013 moveu uma Ação Administrativa Comum contra esse Instituto. E em julho/2013 foi feita uma Réplica à contestação do Instituto de Solidariedade e Segurança Social.

Em 16 julho de 2014, e na sequência da audiência prévia, a Santa Casa da Misericórdia de Lagos fez uma proposta à Segurança Social que previa, em lugar de qualquer pagamento o alargamento dos acordos de cooperação, através da:

- Revisão em alta do Acordo de Cooperação do Pré-Escolar, que a essa data abrangia apenas 45 crianças, de modo a passar a abranger as 68 crianças que frequentavam;
- Revisão em alta do Acordo de Cooperação da Creche, que a essa data abrangia apenas 50 crianças, de modo a passar a abranger as 73 crianças que frequentavam;
- Revisão em alta do Acordo de Cooperação do Lar São João Batista, localizado em Barão S. João, que a essa data abrangia apenas 21 utentes, de modo a passar a abranger os 39 utentes que frequentavam;
- Revisão em alta do Acordo de Cooperação do Lar Rainha D. Leonor, localizado em Lagos, que a essa data abrangia apenas 35 utentes, de modo a passar a abranger os 60 utentes que frequentavam;

Nos anos 2015,2016, 2017 e 2018 não houve qualquer desenvolvimento no processo.

17.5 Diferimentos

A Entidade não criou “Diferimentos”, uma vez que todos os seguros da Entidade terminaram em 31/12/2018.

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	1.475,75	1.850,75
Depósitos à ordem	262.085,39	261.478,27
Depósitos a prazo	950.000,00	1.400.000,00
Outros	0,00	0,00
Total	1.213.561,14	1.663.329,02



Anexo 31 de dezembro de 2018

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	119.515,92	0,00	0,00	119.515,92
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	5.419.361,12	0,00	393.066,74	5.026.294,38
Excedentes de revalorização	71.436,71	0,00	0,00	71.436,71
Outras variações nos fundos patrimoniais	4.194.592,88	0,00	86.113,29	4.108.479,59
Total	9.804.906,63	0,00	479.180,03	9.325.726,60

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	138.035,73	162.105,38
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	138.035,73	162.105,38

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	44.728,63	15.836,53
Outros Impostos e Taxas		
Total	44.728,63	15.836,53
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	15.023,88	16.236,70
Segurança Social	85.250,95	87.146,79
Outros Impostos e Taxas		
Total	100.274,83	103.383,49



Anexo 31 de dezembro de 2018

17.10 Outros passivos correntes (Outras Contas a Pagar)

A rubrica "Outras passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		59,64		895,20
Adiantamentos ao pessoal		0,00		0,00
Outras operações com pessoal		1.292,41		2.400,46
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		
Fornecedores de Investimentos		137,66		1.577,21
Credores por acréscimo de gastos*		479.770,91		465.855,98
Outros credores - Depósitos de utentes		126.810,19		123.612,27
Outros credores		6.563,57		5.599,41
Total	0,00	614.634,38	0,00	599.940,53

* Representa a estimativa das remunerações a pagar em 2019

17.11 Outros Passivos Financeiros

Não existiram "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2.352.675,29	2.358.343,50
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	47.848,91	57.453,12
Legados	0,00	0,00
Total	2.400.524,20	2.415.796,62

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.



Anexo 31 de dezembro de 2018

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	245.580,86	254.834,39
Materiais	11.103,44	10.810,93
Energia e fluidos	370.927,96	369.777,53
Deslocações, estadas e transportes	763,25	1.007,43
Serviços diversos	73.741,71	77.746,12
Total	702.117,22	714.176,40

17.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	18.743,47	49.655,36
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	5.087,81	577,98
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros*	363.445,40	172.516,59
Outros rendimentos**	222.212,74	217.292,06
Total	609.489,42	440.041,99

* inclui valores de rendas, e o reconhecimento da mais-valia, consequente da permuta entre a propriedade de investimento - Artigo 315 Telheiro e os direitos de propriedade de solo (aquisição definitiva) do Artigo 8313 Rua Rainha D. Leonor n.º 2 (Lar Rainha D. Leonor) e do Artigo 1811 Rua 25 Abril (Lar Barão S. João).

** representa essencialmente reembolsos de material de consumo clínico e fraldas.

17.15 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	4.837,12	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	1.683,91	75,64
Perdas em inventários	9.759,79	5.393,35
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros***	18.573,22	2.032,18
Outros Gastos ****	22.591,22	9.989,46
Total	57.445,26	17.490,63



Anexo 31 de dezembro de 2018

*** o diferencial deve-se à contabilização do abate da propriedade de investimento - Artigo 31S Telheiro e dos direitos de superfície dos terrenos dos Lares Rainha D. Leonor e São João Batista.

**** o diferencial verificado entre 2017 e 2018 foi devido ao pagamento da indemnização de 8 000,00€, pelo fim do contrato de arrendamento da Rua Henrique Correia da Silva e o pagamento do imposto sobre transmissões-IMT 4 681,82€, relativo à procuração Irrevogável das lojas da Rua Laçarote de Freitas.

17.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	870,13
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	3.079,34	2.670,11
Total	3.079,34	3.540,24
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	6.162,03	5.986,46
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	700,00
Total	6.162,03	6.686,46
Resultados Financeiros	3.082,69	3.146,22

17.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 12/03/2019

Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa